

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
68000007/2002 - DR/SC
ALESC
CORREIOS

Distribuição gratuita

Legislativo discute combate ao assédio moral



Alberto Neves

Projeto de lei que estabelece as regras para punir abusos foi realizado pela Comissão de Constituição e Justiça

Para combater ações que levem à humilhação ou ao constrangimento do trabalhador durante sua jornada de trabalho, a Assembleia Legislativa iniciou os debates, no dia 2, Dia Nacional contra o Assédio Moral, de projeto de lei que prevê formas de punir este tipo de abuso. A proposta, pleiteada pelo Tribunal Popular sobre o Assédio Moral nas Relações de Trabalho, foi apresentada pelo deputado Vanio dos Santos (PT). O encontro teve a participação de diversas entidades ligadas aos trabalhadores, principalmente sindicatos.

Página 6



Carlos Kilian

Trecho de São José do Cerrito a Campos Novos será finalizado

Fórum Permanente anuncia retomada de obras na BR-282

O presidente do Fórum Permanente Pró BR-282, deputado Romildo Titon (PMDB), e o deputado Sérgio Godinho (PSB) anunciaram em Plenário a retomada das obras no trecho São José do Cerrito – Campos Novos. Os parlamentares receberam a informação do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) no dia 3, em Brasília. A situação das rodovias no estado é tema constante dos debates na Casa e integra, juntamente com a estrutura ferroviária, o segundo caderno especial que acompanha esta edição do AL Notícias, da série que apresenta uma radiografia da infra-estrutura do transporte de cargas no estado.

Página 8

PLENÁRIO

Trabalhadores na agricultura pedem apoio a projeto de aposentadoria

Comissão de Saúde busca solução para previdência dos serventuários extra-judiciários

Página 7



Alberto Neves

OPINIÃO

O povo quer saber como vota seu parlamentar

No ano passado, denúncias de utilização, escandalosa, de dinheiro do chamado "caixa 2" e de recursos oriundos de órgãos públicos para fortalecer alianças políticas e garantir votos favoráveis ao governo, no Congresso Nacional, deixaram a Nação, ou grande parte dela, estupefata. Difícil era de entender como um governo que se elegera quase por aclamação popular com a proposta de promover reformas estruturais, de romper com velhas e viciadas práticas políticas e econômicas, se comportasse como as velhas raposas escoladas na arte de manter-se no poder a qualquer custo. Mas as surpresas ainda se multiplicaram e a sociedade veria, indignada, parlamentares acintosamente envolvidos no escândalo escaparem da punição no julgamento por seus pares. Os parlamentares

levaram em consideração, ao votar no julgamento, a expectativa da sociedade, ou limitaram-se a atender o interesse do governo, defender o espírito de corpo?

Desnecessário responder, de tão escancarados os resultados. É o Parlamento distante da vontade da sociedade, contribuindo para uma sensação de impunidade e alimentando o desencanto social com os rumos das nossas instituições democráticas. A postura destes parlamentares, ignorando os anseios da parcela indignada da Nação, foi facilitada pelo instrumento do voto secreto. Um recurso que funciona, na verdade, como um escudo para asfixiar a ética no Parlamento. É hora de dar um basta, para que novos "mensalões", uso de "caixa 2" ou qualquer outra designação para atos de corrupção possam ser,

senão evitados, punidos.

O caminho é a votação imediata da Proposta de Emenda Constitucional-PEC nº 349, de 2001, que acaba com o voto secreto nas decisões parlamentares, pronta para ser apreciada em plenário há um ano. A bancada federal do P-SOL (Partido Socialismo e Liberdade), deu a partida à campanha "Quero saber como vota meu parlamentar", à qual devem engajar-se parlamentares e, especialmente, o eleitor. Aqui em Santa Catarina estamos incentivando a adesão à campanha e a participação popular em abaixo-assinados, cientes de que a Democracia resistirá, mas se houver ética e transparência no Parlamento. Por isso clamamos: Voto aberto já!

Deputado Afrânio Boppré
(Líder do P-SOL na AL)

Punição ao assédio moral

Com o objetivo de contribuir para o avanço nas relações de trabalho, propus à Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa que realizasse uma audiência pública para debater o projeto de lei de nossa autoria que dispõe sobre o assédio moral no âmbito da administração pública e dá outras providências. Realizamos essa audiência no dia 2 de maio, data marcada como Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral. Pretendemos dar ampla divulgação ao conteúdo do projeto de lei contribuindo, dessa forma, para que a sociedade discuta cada vez mais esse tema e possa ter instrumentos para inibir essa prática que, ao longo de décadas, tem causado danos aos trabalhadores.

O parágrafo único do projeto esclarece que "considera-se assédio moral todo tipo de comportamento praticado por servidor que atinja, pela repetição

e sistematização, a dignidade, a integridade psíquica ou física de uma pessoa, fazendo-a duvidar de si e de sua competência em dano ao ambiente de trabalho." A nossa proposta é o resultado de trabalho de pesquisa cuja referência são projetos de lei similares em tramitação em Assembleias Legislativas do Brasil, Câmara dos Deputados e Câmaras Municipais de Vereadores. Além disso, a nossa proposição dá consequência a conteúdo acumulado em debates com os movimentos sociais e movimento sindical, preocupados com esse tema no Estado.

Aqui neste espaço, quero reafirmar argumento da justificativa do nosso projeto, na qual apontamos que o fenômeno do assédio moral, além de não ser novo também é internacional conforme pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O assédio moral tem implicadores graves como persegui-

ções associadas à nacionalidade, orientação sexual, gênero, raça e o próprio assédio sexual. Esse assédio geralmente é verificado em relações hierárquicas autoritárias, onde predominam condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração. Com a globalização, o acirramento da competição nos espaços de trabalho, permeados pela lógica neoliberal, a própria OIT indica que as próximas décadas poderão ser ainda mais difíceis para os trabalhadores, havendo maior risco de exposição ao assédio moral.

Portanto, consideramos que, como legisladores, temos papel fundamental na construção de instrumentos legais que preservem a integridade física e mental dos indivíduos nas relações de trabalho para que sejam exercidas sem exploração, humanizadas, e cada vez mais saudáveis.

Deputado Vanio dos Santos (PT)

Parlamento participa da Feira de Rua do Livro

Os deputados João Henrique Blasi (PMDB), representando a presidência da Assembleia Legislativa e Celestino Secco (PP), presidente da Escola do Legislativo, prestigiaram no dia 3, no Largo da Alfândega, na capital, a abertura da Feira de Rua do Livro de Florianópolis, promovida pela Câmara Catarinense do Livro.

O evento, que vai até o próximo dia 13, oferece ao público visitante boa parte dos 35 mil livros publicados no Brasil nos últimos

12 meses e que estão disponíveis em 60 estandes montados especialmente para o evento. A diretora de Comunicação Social do Legislativo, jornalista Lúcia Helena Vieira, entregou ao governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB) um DVD com o documentário produzido pela TV AL sobre o jornalista Jerônimo Coelho, patrono da imprensa catarinense. Outros 100 exemplares serão distribuídos aos diretores de escolas e jornalistas que cobrem a feira.

Solon Soares



Evento aberto no dia 3 se estende até o próximo dia 13

[AGENDA]

• **8 de maio, 15 horas:** 3ª audiência pública sobre Trabalho Doméstico, iniciativa da Comissão do Trabalho Doméstico da Câmara Federal
Local: Plenário

• **8 de maio, 19 horas:** Comissão de Turismo e Meio Ambiente – Audiência pública sobre os efeitos da gripe aviária na economia e na biodiversidade de Santa Catarina
Local: Plenário

• **9 de maio, 9 horas:** Audiência pública para discutir os terrenos de Marinha requerida pelos deputados federais Leodegar Tiscoski (PP) e Carlito Merss (PT)
Local: Plenário

• **11 de maio, 14 horas:** 5º Seminário de Formação dos Operadores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e Adolescente. Requerimento do deputado estadual Paulo Eccel (PT)
Local: Plenário

Mesa

AL NOTÍCIAS

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Branganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins, Edna Schumacker e Janine Koneski de Abreu

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Viviane Olga da Fonseca e Suelen Regina Hilário

INSTITUCIONAL

APAE realiza 19ª Feira da Esperança

Expectativa da entidade de Florianópolis é arrecadar R\$ 1 milhão e atrair 40 mil visitantes nos quatro dias do evento

A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Florianópolis lançou na noite do dia 3, a 19ª Feira da Esperança. Com o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção da entidade, o evento, que se estende até o dia 7, no Centro de Convenções Centrosul, é organizado anualmente por voluntários que atuam em defesa dos direitos dos portadores de deficiência, além de prestarem serviços de apoio às famílias. A feira deste ano ganhou o slogan Solidariedade, uma ação apaixonante.

Participaram da abertura o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), o presidente licenciado do Poder Legislativo, deputado Julio Garcia (PFL), os deputados João Henrique Blasi (PMDB), Cesar Sousa (PFL) e Djalma Berger (PSDB), o prefeito da capital, Dario Berger (PSDB), o presidente da Câmara Municipal, Marcílio Ávila (PSDB) e diversas outras autoridades.

De acordo com o coordenador da feira, João Pedro Varela, este ano a expectativa do evento é superar a meta atingida no ano passado. "Em 2005, arrecadamos R\$ 600 mil. Para este ano, pretendemos arrecadar cerca de R\$1 milhão. Esse valor corresponde a 70% da manutenção anual da entidade", revelou.

Além do apoio de dois mil voluntários envolvidos diretamente na organização do evento, cuja a primeira edição foi realizada em 1984, a entidade passou a contar com recursos financeiros mensais, provenientes do Fundo Social, a partir da sanção da Lei nº 13.633/06, de autoria do deputado Julio Garcia. "A lei assegura a destinação de 1% do montante

arrecadado pelo Fundo, que é distribuído de forma proporcional ao número de alunos matriculados em cada uma das 183 escolas especiais, mantidas pelas APAEs do Estado", enfatizou Pinho Moreira.

Durante a abertura da Feira muitos colaboradores foram homenageados, entre eles o autor da lei. "Não podemos considerar que o projeto seja de uma só pessoa. É um trabalho solidário que partiu do governo e contou com o apoio de todos os parlamentares que unanimemente aprovaram o projeto. Esse é um ato de solidariedade da sociedade catarinense", afirmou Julio Garcia.

Fundada em 1964, a APAE de Florianópolis atende cerca de 390 alunos portadores de necessidades especiais, como síndrome de Down e autismo, buscando estimular o desenvolvimento essencial dessas crianças através de uma escala de zero a três anos para a educação infantil, de três a seis para o ensino fundamental, de 10 a 14, educação profissional e de 14 para cima oferece programas pedagógicos especiais.

Durante os cinco dias de feira a coordenação do evento pretende atrair um público de aproximadamente 40 mil pessoas aos 60 estandes que comercializam de artesanato a eletro-eletrônicos, perfumaria, gastronomia, roupas, calçados e outros produtos importados apreendidos pela Polícia Federal, que doa os produtos à feira. A Assembléia Legislativa está num estande, com mostra de vídeos produzidos pela Casa, além de folders explicativos sobre o trabalho realizado pelo Parlamento.



Eduardo Guedes de Oliveira

Associação conta com o apoio de dois mil voluntários envolvidos diretamente na organização da Feira

Eduardo Guedes de Oliveira



A noite de abertura contou com a apresentação dos alunos especiais

Solon Soares



Herneus (ao centro) assume a presidência da Casa pela quarta vez, durante 12 dias

Herneus assume a presidência da Casa

Em solenidade na manhã do dia 3, no gabinete da presidência da Assembléia Legislativa, o deputado Julio Garcia (PFL) passou o cargo de presidente ao vice, Herneus de Nadal (PMDB), na presença dos deputados João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo, José Paulo Serafim (PT), Manoel Mota (PMDB), Simone Schramm (PMDB) e Ronaldo Benedet (PMDB), além de funcionários e convidados.

Esta é a quarta vez que Herneus assume o cargo interinamente em substituição ao presidente da AL, que se afastará das atividades

por motivos pessoais até o dia 15 deste mês. Julio Garcia falou da confiança depositada em Herneus e da convivência harmoniosa entre ambos. "Mais uma vez deixo a presidência numa demonstração clara de confiança absoluta no vice-presidente. Desejo que conduza com brilhantismo este Poder", declarou.

Herneus de Nadal disse que vai dar continuidade ao trabalho desenvolvido por Julio Garcia, que definiu como "exitoso, integrado e harmonioso com os deputados e com a sociedade catarinense".

Experiência aposta na aproximação entre polícia e jovens carentes

Resultado do projeto desenvolvido pelo Grupo Afroreggae e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi apresentado aos Conselhos Comunitários de Segurança da capital e associações de moradores

Graziela May Pereira

Um projeto capaz de reduzir a distância entre os jovens pobres e a polícia, dois mundos muito distintos. Essa a idéia que levou o Grupo Cultural Afroreggae e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, a buscar formas de modificar a relação entre a polícia e esses jovens.

A base da proposta é o desenvolvimento de iniciativas culturais dirigidas a policiais e elaboradas por artistas e jovens de comunidades carentes do Rio de Janeiro. Os resultados do projeto Juventude e Polícia foram apresentados a uma platéia repleta de policiais militares, representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança da capital e associações de moradores.

Uma experiência pioneira no Brasil, o documentário *Polícia Mineira*, do diretor Estevão Ciavatta e o livro *Elemento Suspeito*, de autoria da cientista social Silvia Ramos e da antropóloga Leonarda Musumeci, esperam motivar uma discussão nacional sobre o tema e estimular a polícia de outros estados a desenvolverem novas experiências. "Temos a intenção de desmitificar os estereótipos, de ambos os lados, dessa relação. Foi uma grande oportunidade de fazer com que os dois lados conheçam a realidade do outro", disse Silvia.

O lançamento do filme e do livro aconteceu no último dia 6 de abril, no Centro Integrado de Cultura, numa promoção do grupo Nação Hip Hop, com o intuito de promover o acesso aos bens culturais utilizando o cinema nacional e local. O grupo trouxe à capital catarinense o diretor do Afroreggae, José Júnior, a autora do livro, Silvia Ramos, e a investigadora de polícia do Rio de Janeiro, Marina Magessi, para tratarem de um tema tão difícil para a sociedade. O debate também contou com a presença do comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Bruno Knih.

Integração

O documentário *Polícia Mineira*, realizado em 2004, foi um projeto desenvolvido em dois batalhões da Polícia Militar em Belo Horizonte, onde, durante quatro semanas, os policiais participaram de oficinas de percussão, televisão, circo, teatro e grafite. O filme conta com a narração emocionada de histórias descritas pelos jovens, além de mostrar técnicas e estratégias utilizadas atualmente pela segurança mineira.

Conforme Silvia, nos primeiros dias de "aula" grande parte dos militares apareceram para o curso fardados e armados. Entre os professores, estava um jovem chamado Paulo Neguéba, vítima de um tiro de fuzil no pé, disparado por policiais do Batalhão de Operações

Especiais (BOPE) carioca. "Era um projeto muito polêmico, precisava de coragem dos dois lados. Começou com policiais armados e alguns até usando colete a prova de balas de um lado e os jovens de outro. Mas depois de uma semana a integração foi tão grande que tivemos que mandar buscar mais instrumentos de percussão", rememora. Atualmente, o projeto conta com cerca de 100 PMs participantes que já são professores de street ball, street dance, teatro, dança e grafite.

As cenas do filme, que foram registradas em 90 horas de gravação e resultaram num documentário de 53 minutos, são focadas na defesa da aproximação - através da expressão cultural -, entre a parcela excluída de zonas de risco e/ou exclusão social com a Polícia.

Em Santa Catarina, embora a Corporação não tenha adotado o projeto do grupo carioca (como aconteceu em Minas Gerais), o Comandante da PMSC afirmou já existirem iniciativas similares em andamento no estado, como a banda-mirim de Canoinhas. "São projetos que atestam nosso esforço em aproximar Polícia e comunidade, desmitificando a imagem negativa da PM perante os jovens e adolescentes que vivem principalmente em zonas de risco. Estamos buscando nas outras PMs os bons exemplos. São trocas de experiência buscando a segurança nos grandes centros", destacou o comandante.

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



José Júnior, diretor do Afroreggae: "Reduzir o abismo entre os mundos"

"Todo camburão tem um pouco de navio negreiro"

Foi a letra do compositor Marcelo Yuka, ex-baterista da banda O Rappa, - *Todo camburão tem um pouco de navio negreiro*, que inspirou a cientista Silvia Ramos e a antropóloga Leonarda Musumeci a escreverem *Elemento Suspeito*: abordagem policial e discriminação. "Nenhuma pesquisa com esse foco tinha sido realizada no país até hoje. Queríamos descobrir o que é um elemento suspeito, o que o caracteriza", explica Silvia.

E o resultado apontou que há uma combinação explosiva entre cor, idade, classe social e geografia para determinar o "elemento suspeito". De acordo com a autora, os jovens do sexo masculino, negros e pobres são os suspeitos preferenciais. "Ser jovem é ser suspeito", assinala.

O trabalho, que durou dois anos, começou com a realização de pesquisas com vários grupos "focais", que nada mais são do que grupos separados por cor, origem, idade, sexo e classe social.

A Polícia Militar também foi ouvida para a pesquisa, mais precisamente 13 policiais de cinco batalhões de Polícia do Rio, já que a formação de grupos focais ficou impossível devido à PM ser muito fechada para iniciativas de pesquisa sobre suas ações. "Chegamos à conclusão de que não há uma cartilha que diga quem é suspeito ou não. O que é usado comumente pelos policiais é a intuição, uma impressão. Mas podemos perceber que são raros aqueles que admitem que os negros são considerados suspeitos", falou.

A cientista completou afirmando que há boa vontade da polícia em mudar a situação, possibilitando inclusive maior participação de jovens do Afroreggae em suas corporações. "A própria PM se interessou em dar continuidade ao projeto. Estão se mostrando sensíveis à situação. É o início de um diálogo muito positivo", concluiu.



Comandante da PM catarinense, Bruno Knih, José Júnior, Silvia Ramos e a investigadora Marina Magessi

COMISSÕES

Escola promove primeiro seminário de proteção aos animais



Eduardo Guedes de Oliveira

Abandono, maus-tratos e natalidade sem controle foram abordados pelos presentes ao encontro

Controle passa por campanhas de conscientização

Os participantes do seminário assistiram a um vídeo sobre o controle de zoonoses na cidade de São Paulo, produzido pelo Instituto Nina Rosa, uma organização não-governamental de proteção aos animais. Técnicos enfatizaram que recolher e prender não é a solução para os animais de rua, e pregaram a necessidade de ampliação dos serviços.

Já a bióloga, ambientalista e professora da UFSC, Paula Brugger, questionou a relação sociedade-natureza baseada no uso do animal para obtenção de carne, lã, couro e outros produtos a serem consumidos pelo homem.

A coordenadora do bem-estar animal de Florianópolis,

Maria da Graça Dutra, explicou que pela primeira vez a cidade passa por um processo de esterilização em massa, obedecendo critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Condenação

"Estamos esterilizando 24 animais por dia, um total de 450 a 500 por mês, um número exigido de acordo com a população estimada de cães da capital. Recebemos denúncias de maus-tratos de animais e a totalidade das pessoas acusadas deste crime foi condenada no fórum", informou a protetora, que agradeceu o apoio da mídia e dos servidores e voluntários do órgão que dirige. Avisou ainda que espera da Câ-

mara Municipal a aprovação do projeto Amigo do Carroceiro e do Código de Defesa dos Animais. "Os carroceiros terão matrícula e curso com veterinários para conhecer a anatomia do cavalo e a nutrição adequada".

Já o veterinário Mauro Barzotto defendeu a castração precoce, antes dos seis meses de vida, para preservar a saúde dos cães, evitar a superpopulação e a transmissão de doenças contagiosas, no caso de animais de rua, a outros animais e ao homem. "Escutei de uma pessoa no Rio Grande do Sul que o único problema das praias de Florianópolis é o excesso de cães. Isto precisa ser mudado, pois depõe contra a imagem pública da cidade perante os turistas", completou Barzotto.

Evento de caráter estadual reuniu especialistas, autoridades e associações para discutir ações que reduzam o número de animais de rua, a partir da mudança e comportamento da sociedade

Por iniciativa da Escola do Legislativo e do Instituto É O BICHO!, foi realizado no dia 28, o primeiro Seminário Estadual de Proteção aos Animais, que debateu métodos para o controle populacional de animais de rua e propostas para ampliação das ações de controle. Além de discutir temas relacionados aos cães de rua, o seminário sugeriu a instituição do dia 18 de abril como o Dia Estadual de Proteção aos Animais, proposta de autoria do deputado Celestino Secco (PP), presidente da Escola.

Para compor a mesa inicial, foram convidados a líder do PL, deputada Odete de Jesus, o diretor

do Instituto É O BICHO!, Maurício Varallo, e a presidente da Associação Catarinense de Proteção aos Animais (Acpra), Heliete Leal.

De acordo com Heliete, os cães de rua vivem em média cinco anos, possuem uma inteligência desenvolvida, conhecem a natureza humana e valorizam a liberdade. "Ao serem adotados, esses cães não se adaptam rapidamente ao novo lar", comentou. Ela enfatizou a necessidade de controlar a natalidade, assim como campanhas constantes de adoção e, principalmente, a conscientização por parte dos donos de que ter um animal em casa requer responsabilidade.

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputada Odete (ao centro) pediu apoio ao projeto do deputado Celestino



Solon Soares

Maioria dos integrantes da Comissão acolheu explicações do governo

Arquivada proposta de sustação de ato sobre gestão do Hemosc e Cepon

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) acolheu a manifestação do deputado João Henrique Blasi (PMDB) pelo arquivamento da proposta de sustação de ato da Secretaria da Saúde. O ato determina a constituição de uma comissão para avaliar a forma de gestão do Hemosc, Cepon e do Centro de Oncologia Pediátrica do Hospital Joana de Gusmão. O pedido de sustação foi feito à CCJ pelo deputado Afrânio Boppré (P-SOL).

A Comissão realizou diligência à secretária da Saúde, Carmem Zanotto, para avaliar a proposta. Ela informou que o ato estabelecia o prazo de 30 dias para que a comissão produzisse os estudos, mas este período foi vencido sem efeitos. Blasi disse que há uma interpretação equivocada de que a medida teria o objetivo de privatizar a gestão destes órgãos.

Segundo ele, o ato da Secretaria da Saúde atendeu exigência

do Ministério Público Estadual para adequar o contrato da entidade gestora das instituições - a Fahesc (Fundação de Apoio ao Hemosc e Cepon), às normas legais, inclusive com a realização de licitação.

A Fundação é responsável pelo gerenciamento dos recursos e das atividades do Cepon, Hemosc e da Oncologia Pediátrica, desde 29 de março de 1994, através de convênio firmado com o Estado.

COMISSÕES

Projeto visa combate ao assédio moral

Proposta do deputado Vanio dos Santos (PT) foi discutida em audiência pública promovida pela CCJ

O debate realizado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre o projeto de lei que prevê combate e punição ao assédio moral na administração pública estadual marcou o Dia Nacional contra o Assédio Moral (2/05). O evento, proposto pelo autor do projeto, deputado Vanio dos Santos (PT), teve a participação de diversas entidades ligadas aos trabalhadores, principalmente sindicatos.

De acordo com o coordenador do Tribunal Popular sobre o Assédio Moral nas Relações de Trabalho, Luís Alves Pequeno, o projeto é resultado de uma luta anterior e será uma importante ferramenta para combater o problema. A defesa que se faz é que antes mesmo da lei, é necessário um processo educacional sobre o que é o assédio moral

e as formas de combate. E cita como exemplo o racismo, hoje considerado crime. "Tem que haver critérios coletivos e definição conceitual construída em todo ambiente de trabalho, de maneira que tanto empregadores quanto trabalhadores tenham noção do problema", diz Alves.

Na audiência foi apresentado o conceito mais utilizado para a definição de assédio moral: exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho. São mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aécticas de longa duração, desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho, forçando-o a desistir

do emprego.

O deputado Vanio dos Santos reconhece que é primordial levar o assunto para debate, de maneira a conscientizar a sociedade de que existe a situação de assédio moral e como isso afeta a vida das pessoas. Ele informa que irá compilar as sugestões recebidas e incorporá-las ao projeto, que está com pedido de vista da bancada do PT, na CCJ.

Vanio explica que a intenção é aprimorar a proposta, após a análise de todas as sugestões recebidas e da legislação já existente sobre o assunto. Proposta de mesmo teor, de autoria do deputado federal catarinense Mauro Passos (PT), está em análise na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Segundo Passos, já houve manifestação favorável do relator da matéria.

Solon Soares



Parlamentares, representantes de sindicatos e especialistas participaram da discussão no Plenário



Shirlei Ribeiro, que integra a rede, defendeu a realização de campanhas

Fórum discutirá tarifa única

Com o objetivo de discutir uma nova política de tarifação para o transporte coletivo, foi instalado na tarde do dia 2, o Fórum Parlamentar Permanente para a Instituição da Tarifa Única do Transporte Coletivo nas Regiões Metropolitanas do Estado, por solicitação do deputado Djalma Berger (PSDB). Também é propósito do Fórum viabilizar a melhoria da qualidade de vida e a promoção da cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso ao transporte coletivo.

Para Berger, o Fórum vai ser a ferramenta do Parlamento catarinense para reunir a sociedade

e os setores responsáveis pelo transporte coletivo nas cidades com maior densidade demográfica.

"Vamos debater e planejar ações, além de encaminhar soluções para a implementação da tarifa única. Queremos viabilizar e democratizar o acesso ao transporte através de ações integradas", disse o parlamentar.

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) assinalou que a discussão no âmbito estadual é muito importante, já que beneficia vários municípios de Santa Catarina. Para a próxima reunião deverão ser convidados a participar representantes do

Deter, do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Santa Catarina, do Ministério Público e do Sest/Senat.

Djalma Berger anunciou ainda que os debates começam com uma audiência pública que deve acontecer nos próximos 15 dias, na Região da Grande Florianópolis. Integram o Fórum os deputados Antônio Carlos Vieira, Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT), Vanio dos Santos (PT), Sérgio Godinho (PSB), João Henrique Blasi (PMDB), Odete de Jesus (PL), Narcizo Parisotto (PTB), Altair Guidi (PPS), Afrânio Boppré (P-SOL) e José Carlos Vieira (PFL).

Eduardo Guedes de Oliveira



Os deputados que integram o Fórum querem o planejamento de ações



Equipe de Guedes de Oliveira

TRILHOS E ESTRADAS: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO



Carlos Klüppel

[EDITORIAL]

Vias para o desenvolvimento

Entre 70% e 80% dos produtos de maior peso na economia nacional são transportados através das rodovias federais e estaduais, apesar dos custos finais para o setor produtivo serem onerados, comparativamente ao uso de outras vias de transporte – hidroviária, cabotagem e ferroviária, principalmente. Conforme pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), se um caminhão trafega com 20% de carga acima dos limites especificados, a vida útil da rodovia pode se reduzir em até 30%.

Manter, ampliar e adequar estas vias exige investimentos ininterruptos para atender tanto as necessidades presentes do setor produtivo, quanto para alavancar o desenvolvimento das diversas regiões, essencialmente daquelas mais distantes dos pólos distribuidores da produção.

A opção brasileira pelas rodovias, que roubaram a cena dominada pelas ferrovias do final do século XIX até a década de 30

do século XX, manteve-se predominante até 1997, quando a administração federal implementou, o plano de concessões à iniciativa privada para administração, ampliação e modernização da malha e dos equipamentos ferroviários. Estudo realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina para a Agência Nacional de Transporte Terrestre, concluem que é necessário investimentos nas diversas vias de transporte – ou modais de carga, no jargão econômico, como forma de reduzir os custos de produção, ampliar a eficiência e fomentar a instalação de pólos de desenvolvimento.

O cenário catarinense, com seus 2.242,7 quilômetros de rodovias federais e cerca de 6 mil estaduais, e apenas 1.360 quilômetros de estradas de ferro, aponta para a

mesma direção, conforme atestam técnicos da Secretaria Estadual da Infra-estrutura. O planejamento estratégico global para o setor, segundo eles, é essencial para obtenção de corredores eficientes seja para o escoamento da produção, seja para alavancar a

Planejamento global, integrando os meios de transporte, é essencial para definir investimentos

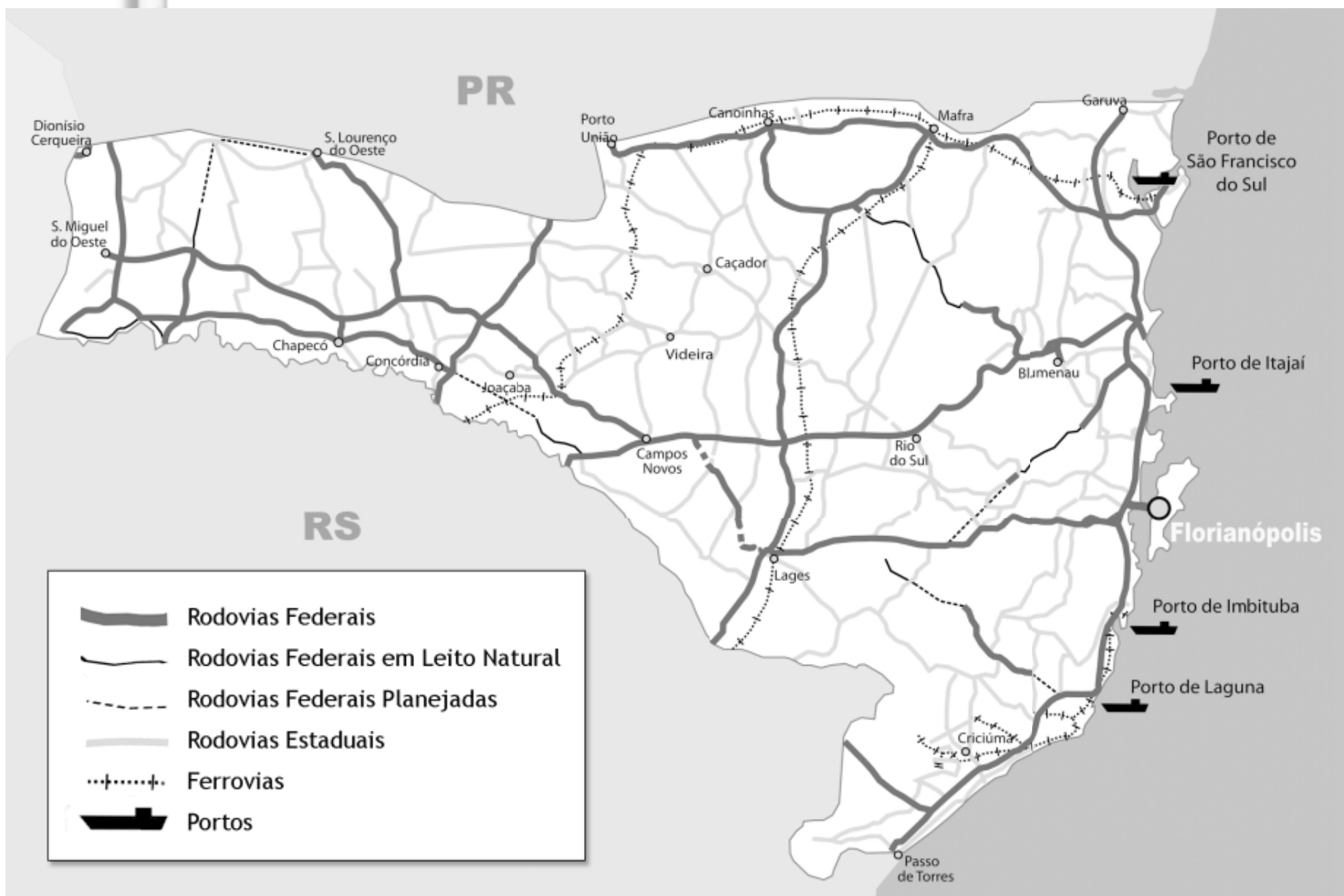
atividade turística, além de ampliar a segurança em todas as vias de transporte. Os investimentos previstos para incrementar os portos, conforme avaliam os especialistas, se concretizados efetivamente, poderão contribuir para a implementação mais rápida desse planejamento global.

Enquanto os projetos não saem do papel e são discutidos politicamente, Estado e governo federal anunciam investimentos em obras na infra-estrutura rodoviária catarinense. Para as estaduais, hoje com quatro mil quilômetros

pavimentados, Santa Catarina já está apta a uma quinta etapa do programa de investimentos financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, num total de 400 milhões de dólares, para reabilitação e pavimentação de outros mil quilômetros. Quanto às oito federais que cortam o estado e onde estão os maiores problemas, o anúncio é de obras na maior parte dos pontos críticos até o final de 2007.

Quanto às ferrovias, das duas concessionárias que administram a totalidade da extensão das estradas, a América Latina Logística (ALL) e a Ferrovia Tereza Cristina (FTC), só a segunda prevê investimentos no estado, já que a ALL apenas passa pelo território, pois não existem estações de transbordo de carga.

Estas são algumas das informações levantadas pela equipe de reportagem do AL Notícias e que integram este segundo caderno especial sobre a estrutura logística de transporte no estado.



Fotos: Carlos Kilian



BR-470 - TRECHO RIO DO SUL/INDAIAL



BR-280 - TRECHO GRUARAMIRIM/SÃO BENTO



BR-282 - TRECHO LAGES/SÃO JOSÉ DO CERRITO

Transporte rodoviário é o mais usado no país

Em Santa Catarina, o setor de transportes de cargas contabiliza uma frota de 190 mil veículos que circulam por mais de 2 mil quilômetros em rodovias federais e cerca de 6 mil em estaduais

***GRAZIELA MAY PEREIRA**

Apesar das deficiências das estradas, o transporte rodoviário é o meio mais utilizado no país. De acordo com a 10ª Pesquisa Rodoviária Nacional, realizada pela Confederação Nacional de Transportes (CNT) em 2005, 72% dos cerca de 81 mil quilômetros de estradas analisadas foram consideradas deficientes, apresentando falhas estruturais, sinalização em estado inadequado e pistas simples, dentre outras.

O transporte rodoviário é responsável por 6,5% do PIB nacional. Cerca de 70% do que é produzido no país chega ao seu destino final, o consumidor, através de caminhões. O presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas no Estado de Santa Catarina, Pedro José de Oliveira Lopes, defende a tese de que o transporte rodoviário movimenta 100% da produção, porque nada sai da fábrica a não ser por este meio.

Estudo realizado pela Univer-

sidade Federal de Santa Catarina, a pedido da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) e elaborado a partir da análise da movimentação dos 40 produtos de maior peso na economia nacional, aponta para uma movimentação de 80% do total das cargas transportadas no país.

De acordo com Lopes, o setor de transporte conta hoje com uma frota de 190 mil veículos no Estado e, considerando que Santa Catarina representa um terço do PIB dos estados do Sul, o movimento da frota estadual, envolve diretamente 300 mil pessoas. Indiretamente são 100 mil empregos.

O presidente da Federação afirma que Santa Catarina não tem nenhuma rodovia em plenas condições de trafegabilidade e defende as BRs 280 e 470 como as mais importantes do estado. "A rodovia vital para o Estado é a 470 porque engloba uma parte da BR-282, e traz carga para os

portos de Itajaí e São Francisco." Uma prioridade hoje, segundo ele, é oferecer infra-estrutura, como a duplicação e sinalização adequada para atender aos novos portos, como os de Itapoá e Navegantes. Também defende maior atenção e investimentos nas rodovias internas, "aquelas que nascem e terminam dentro do estado". Entre as soluções apontadas por Lopes para o setor, está a parceria público-privada.

*Colaborou Tatiani Magalhães
Mais informações em
<http://www.dnit.gov.br>
<http://www.cnt.org.br>
<http://www.fetrancesc.com.br>

Situação da malha rodoviária federal

Estado Geral	Extensão	%
Ótimo	8.993	11,0
Bom	13.922	17,0
Deficiente	26.063	31,8
Ruim	18.057	22,0
Péssimo	14.909	18,2
Total	81.944	100

Nível da recuperação	Km	Total em R\$
Reconstrução	6.153	2,6 bilhões
Restauração	35.380	8,1 bilhões
Manutenção	10.916	1,1 bilhão
Total	55.649	11,8 bilhões

Pesquisa Rodoviária da Confederação Nacional do Transporte (CNT) 2005. O estado geral de uma rodovia é determinado de acordo com o resultado da análise de diversas características viárias, como geometria, pavimentação e sinalização.

Ampliação das ferrovias depende de estratégia global de transportes

Investimentos na infra-estrutura rodoviária e portuária podem incrementar a malha ferroviária do estado, hoje sob a administração de duas concessionárias



SANDRA ANNUSECK

Sem o perfil para longas ferrovias, Santa Catarina tem 1.365 quilômetros de estradas de ferro. A extensão está nas mãos de duas concessionárias: a América Latina Logística (ALL), que responde por 1.201 quilômetros, e a Ferrovia Tereza Cristina (FTC), por 164 quilômetros.

A ALL explora quatro trechos, dos quais 581 quilômetros estão em operação: Mafra-São Francisco do Sul (porto) e Mafra-divisa do Rio Grande do Sul, via Lages. Por lá, é escoada, principalmente, madeira. Os trechos de Porto União-Marcelino Ramos - conhecida como Ferrovia do Contestado -, e Mafra-Porto União estão sem atividade por conta da baixa demanda, informa a ALL. As operações nestes trechos foram destinadas ainda pela RFFSA.

Não há terminal para transbordo de mercado - o existente em Lages para escoamento de petróleo foi desativado -, e a ferrovia hoje literalmente apenas "passa pelo Estado". Para voltar a integrar efetivamente a linha na economia do Estado, é preciso priorizar, entre investimentos futuros, a Ferrovia Leste-Oeste.

A Ferrovia Tereza Cristina (FTC) está localizada no Sul do

estado e tem como vocação o transporte de carvão, abastecendo diretamente nas minas da Usina Termelétrica Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo. Administrados desde 1997 pela iniciativa privada, os 164 quilômetros de extensão da estrada de ferro Tereza Cristina integram a vida de milhares de pessoas em 12 cidades. Por conta dos investimentos recentes, viabilizados pela Agenda Portos, no Porto de Imbituba, a Tereza Cristina está entrando no mercado de contêineres. Nos próximos cinco anos, pretende investir R\$ 30 milhões na melhoria das operações.

No papel, existem mais duas ferrovias, que dependem não só de vontade política, mas, sobretudo, de pesados investimentos: a Ferrovia Litorânea, ligando Imbituba a Araquari, com 236 quilômetros, e a Ferrovia Leste-Oeste, com 616 quilômetros, durante muito tempo batizada de "Ferrovia do Frango".

De concreto, até agora, apenas estudos. Segundo relatório da Secretaria de Estado da Infra-estrutura, a Ferrovia Litorânea teria a missão de ligar a FTC

à ALL, conectando na prática quatro portos catarinenses. A Leste-Oeste atravessaria o Estado ligando Itajaí a Chapecó.

Estudos preliminares indicam que a Leste-Oeste custaria cerca de R\$ 1 bilhão, enquanto a Litorânea, R\$ 500 milhões. Embora ambas despertem interesse, a ligação Leste-Oeste é considerada prioridade pelo governo do Estado. Além do transporte dos produtos da agroindústria, a ferrovia ajudaria a escoar a produção de outros estados, como é o caso da soja, do Mato Grosso do Sul.

"A primeira etapa da obra seria em Ponte Alta, no entroncamento das BRs 116 e 470, até Chapecó", explica o diretor de Transportes Terrestres da Secretaria de Estado da Infra-estrutura, Luís Rogério Pupo Gonçalves. O ramal possibilitaria a ligação de São Paulo ao Rio Grande do Sul e representaria, concretamente, a inserção da ALL no estado.

Global

"Para que se pense em investimentos, é necessário casar todos os meios de transporte", observa o engenheiro Silvío dos Santos, diretor da Secretaria de Infra-estrutura. E é justamente dentro desta visão global que técnicos da Secretaria, esperando contrapartida do governo federal, desejam trabalhar na construção de um projeto ideal no campo estratégico e econômico. "O ideal é ligar os portos catarinenses ao porto seco, em Dionísio Cerqueira, na divisa com a Argentina", explica Pupo Gonçalves.

Para que as ferrovias planejadas saiam do papel, Pupo defende duas linhas de trabalho: "É preciso dar o start político/mercadológico e o start técnico, com estratégias de operacionalização que tornem o custo acessível, passando pela parceria público-privada", defen-

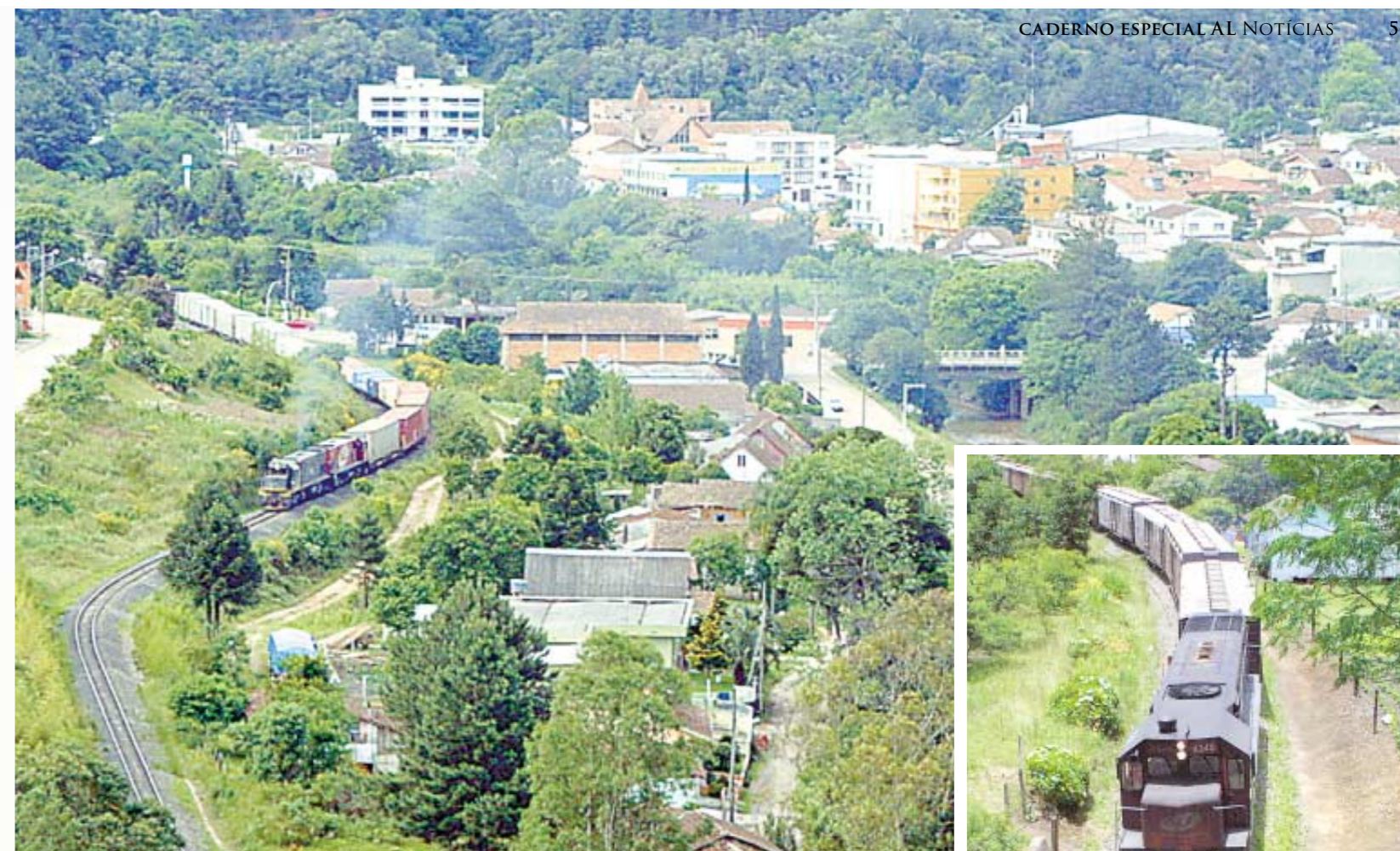
de o diretor terrestre da Secretaria de Infra-estrutura.

Concretamente, o ramal da Leste-Oeste, em Ponte Alta, tem como primeiro passo o desenvolvimento de um estudo de engenharia, que deve levar em média dois anos. "O Estado deve ser o estimulador do debate dentro da estratégia desenvolvimentista", acrescenta Pupo. Tanto ele como Silvío dos Santos acreditam que o mercado será o grande "mocinho" da empreitada. Entendem que, a partir do momento em que ocorram investimentos nos portos e nas rodovias, a demanda aumenta, pressionando para que também as ferrovias recebam investimentos. Uma vez implantada a ligação, ela responderia por 12% do fluxo total de transportes em Santa Catarina numa projeção de 10 a 20 anos.

À frente do trem



Funcionário da Ferrovia Tereza Cristina desde 1989, quando a ferrovia ainda estava nas mãos do governo federal, **Admar Manoel Lopes** é testemunha de como os trilhos trazem prosperidade por onde passam. Ele começou trabalhando como manobrista, mas graças a concurso interno foi alçado ao cargo de maquinista, onde cumpre carga horária de sete horas por dia. Costuma percorrer cerca de 80 quilômetros diariamente, a uma velocidade de 35 Km/h. "A campanha pela segurança melhorou muito nossa vida junto à comunidade. Agora, as pessoas têm consciência do perigo. Achavam antes que o trem tinha de parar de repente, mas poucos sabem que é preciso 100 metros para que isso aconteça", observa, comemorando a redução de acidentes.



Por que a malha ferroviária brasileira perdeu, até aqui, a queda-de-braço para as rodovias?

Enquanto no Brasil a malha ferroviária alcança 28,5 mil quilômetros, nos Estados Unidos, país de dimensões continentais como o nosso, o total chega a 300 mil quilômetros. A diferença tem suas raízes históricas, como atesta o estudo do pesquisador Silvío dos Santos. Em sua dissertação de mestrado em Engenharia, ele faz um estudo sobre a participação modal ferroviária no transporte de cargas do Brasil.

Em meados do século XIX, os juros oferecidos pelo governo brasileiro, somados a um contrato de concessão de 60 anos, atraíram pesados investimentos de empreendedores internacionais. Nessa época, foi instalada a malha ferroviária em São Paulo, viabilizada pelos ingleses e concluída pelos produtores de café, interessados no escoamento da produção.

Na década de 30, iniciou-se o período de nacionalização da malha, com a criação da Rede Ferroviária S.A. e da Ferrovia Paulista S.A. "Nesta época, grandes corporações estatais se instalaram, entre elas a Vale do Rio Doce, até hoje uma referência entre as mais produtivas", acrescenta. Dai em diante, foi um longo período sem

investimentos. A política desenvolvimentista do ex-presidente Juscelino Kubistchek - no final da década de 50, começo dos 60 -, ancorada na indústria automotiva contribuiu para que as rodovias dessem um salto em quilômetros. O governo militar, logo em seguida, propagou ainda mais, por questões estratégicas, a expansão da malha rodoviária. Somando-se os períodos, é mais de meio século sem investimentos nas ferrovias.

Obsoleta, a rede ferroviária voltou às mãos da administração privada na década de 90, que começou a arrendar ferrovias por 30 anos. A largada aconteceu em 1992, como rememora Silvío dos Santos, com a entrada da Rede Ferroviária Federal S/A no Programa Nacional de Desestatização (PND). Desonerar o Estado, melhorar a alocação de recursos, aumentar a eficiência operacional, fomentar o desenvolvimento no mercado de transportes e melhorar a qualidade de serviços eram as metas almejadas. A mudança foi concretizada a partir da aprovação da Lei de Concessões, sancionada em 1995 e colocada em prática com a instituição da

Agência Nacional do Transporte Terrestre, órgão regulador da exploração de infra-estrutura ferroviária e rodoviária no país (Lei Federal nº 10.233, de junho de 2001).

Novo mapa

Antes da desestatização, que devolveu as ferrovias para os braços da iniciativa privada, nossa malha era formada por quatro grandes redes ferroviárias, controladas e operadas por três empresas: a Rede Ferroviária Federal, responsável pela operação de 77% dos 28,5 mil quilômetros da malha ferroviária nacional; a Estrada de Ferro Vitória-Minas, controlada e operada pela Vale do Rio Doce; a Estrada de Ferro Carajás, também nas mãos da Vale do Rio Doce, e a Ferrovia Paulista, administrada pelo governo do Estado de São Paulo, uma malha de pequena produção de transporte.

Depois de um lapso de 50 anos sem investimentos, nossa malha voltou a receber a injeção de recursos, viabilizados, em grande parte, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES). A RFFSA foi dividida em seis malhas: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Oeste, Nordeste e Ferrovia Tereza Cristina, em Santa Catarina. A exploração por 30 anos incluiu o arrendamento dos ativos operacionais e o compromisso das empresas em viabilizar financeiramente o modal. A FEPASA, conhecida como malha paulista, seguiu os mesmos passos, acrescenta Silvío. "As concessionárias receberam as malhas e seus equipamentos em mau estado de conservação", lembra Silvío em sua tese. A frota de locomotivas estava obsoleta, com idade média alta e falta de manutenção, dependendo de peças importadas. "A imobilização das locomotivas chegou à metade, reduzindo drasticamente a capacidade de transporte", diz.

Mais informações em <http://www.all-logistica.com> <http://www.ftc.com.br>

R\$ 11 bilhões serão investidos na malha ferroviária do país

Projeção está no Projeto Piloto de Investimentos do governo federal e envolve mais de R\$ 7 bilhões da iniciativa privada para revitalizar, modernizar e ampliar os mais de 28 mil quilômetros de estradas de ferro, o que vai aumentar em 57% a oferta de transporte de cargas por este meio

*SANDRA ANNUSECK

O governo federal já anunciou que as ferrovias são o grande alvo de investimentos este ano. Elas estão incluídas no Projeto Piloto de Investimentos (PPI). Uma das prioridades do Planalto é concluir o trecho da ferrovia Norte-Sul até o Araguaína, cidade ao norte de Tocantins, uma obra em andamento há 17 anos. Apenas no ano passado, a ferrovia recebeu R\$ 278,8 milhões. Em 17 anos, foram construídos 215 quilômetros.

Aparecem também, no PPI, os contornos ferroviários de São Félix e Cachoeira, na Bahia, de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, e a adequação do ramal ferroviário de Barra Mansa, no Rio de Janeiro. O PPI está focado

na viabilização de obras de infraestrutura, incluindo 132 projetos em estradas, ferrovias, portos e metrô de capitais, entre outros investimentos.

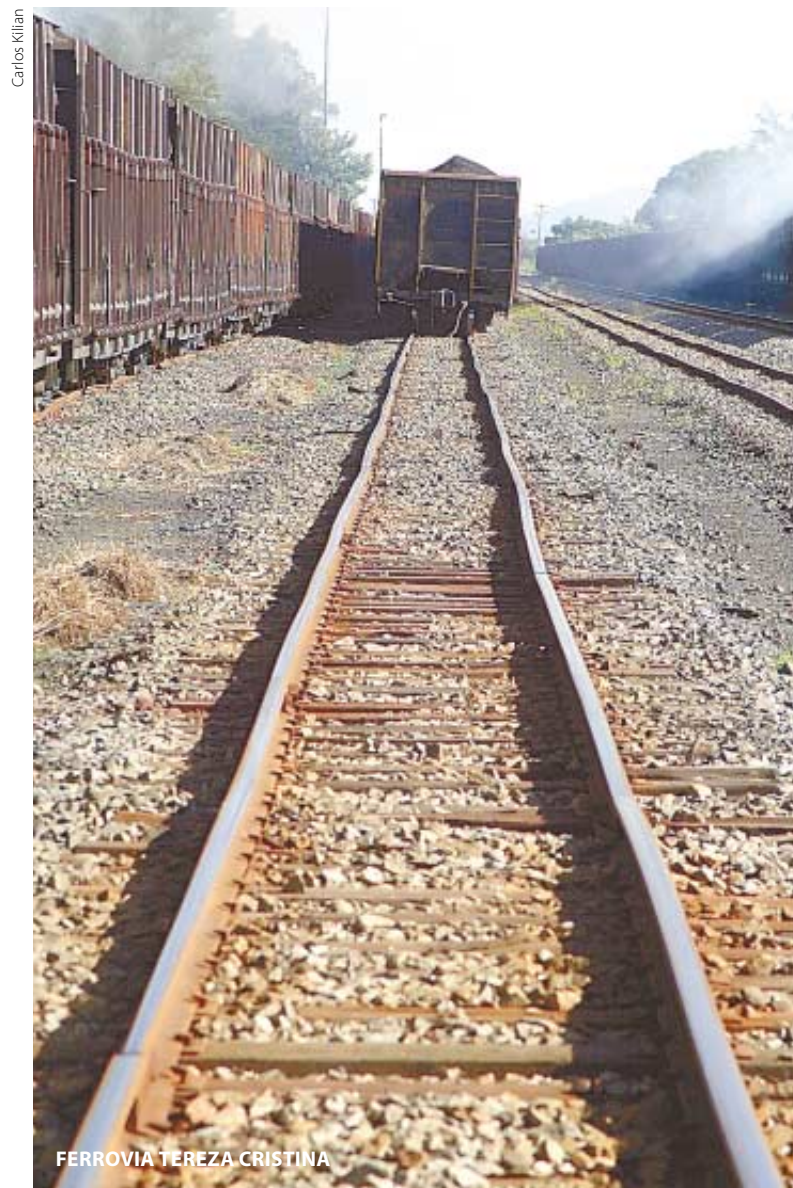
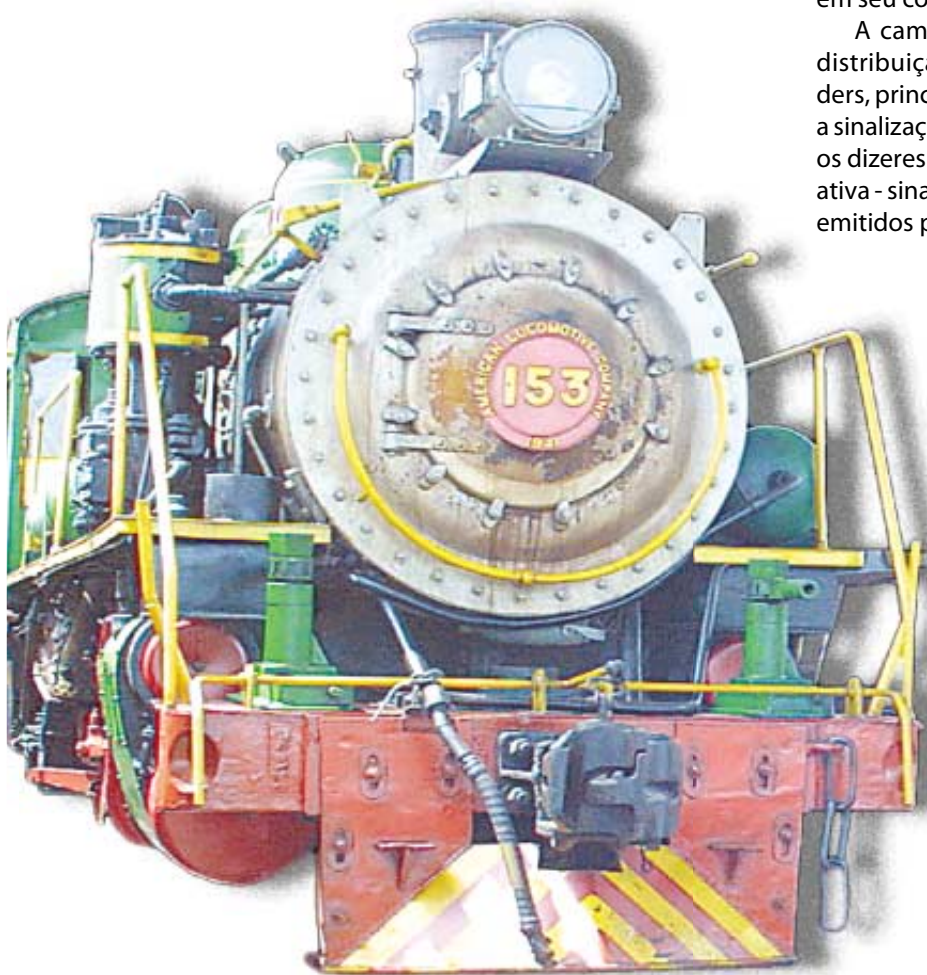
Também o setor privado prevê investimento nos próximos cinco anos. Algo em torno de R\$ 7,1 bilhões devem ser injetados no setor, dentro da política de revitalizar a malha ferroviária de 28,5 mil quilômetros, assumida na década de 90 através do programa de desestatização. Em oito anos de operação, já foram aplicados R\$ 6,3 bilhões, incrementando em 46% o volume de cargas e reduzindo em 62% o índice de acidentes.

A recuperação e a redução

de acidentes são cláusulas que integram o compromisso firmado entre as concessionárias e o governo federal para exploração econômica da malha no país.

O programa Paz na Linha, implementado pela Ferrovia Tereza Cristina, a partir de 1998, é um exemplo de ação para ampliar a segurança nos trilhos. "Crianças costumavam jogar pedra nos vagões, nas locomotivas; colocavam também madeira e outros objetos nos trilhos", rememora o coordenador do programa, Marcelo Batista Cruz. Desde sua implementação, além da significativa redução de acidentes, a população dos 12 municípios por que passam os trilhos da FTC também voltou a integrar a ferrovia em seu cotidiano.

A campanha compreende a distribuição de panfletos e folders, principalmente nas escolas, a sinalização passiva - placas com os dizeres Pare, Olhe e Escute -, e ativa - sinais luminosos e sonoros emitidos pelo trem.



Carlos Kilian

FERROVIA TEREZA CRISTINA

Retomada

O novo status alcançado com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no entanto, não representou um salto nos investimentos em ampliação da malha, ainda irrisórios levando-se em conta a nossa extensão territorial. "Nos últimos 15 anos, apenas mil quilômetros de ferrovias foram construídos no país", estima o engenheiro Silvio dos Santos, que também é diretor da Secretaria de Estado da Infraestrutura. A falta de incentivos na criação de novas ferrovias também está diretamente ligada ao seu custo. "A rodovia chega a ser cinco vezes mais barata para ser implementada", afirma ele.

Uma ferrovia só se torna mais vantajosa, em termos financeiros, quando tem mais de 800 quilômetros de extensão, perfil em que não se enquadram as catarinenses, cuja média é de 350 quilômetros. "O transporte ferroviário custa 50% menos que o rodoviário, desde que a empresa tenha uma posição estratégica, próxima ao meio", ensina

o estudioso.

Entre os investimentos, estão a Ferronorte, com extensão de 500 quilômetros, trecho de 250 quilômetros em Guarapuava-Cascavel, financiado pelo governo do Estado do Paraná, e outros 250 quilômetros da ferrovia Norte-Sul, viabilizados pelo governo federal.

Nos próximos cinco anos, estão previstos investimentos na ordem de R\$ 11,3 bilhões, dos quais R\$ 7,1 bilhões virão da iniciativa privada e o restante do governo federal. Valores que devem ampliar em 57% a capacidade de oferta do transporte ferroviário de carga pesada, traduzindo um ganho de seis pontos percentuais neste modal.

*Colaborou Denise A. Bortolon

Mais informações em

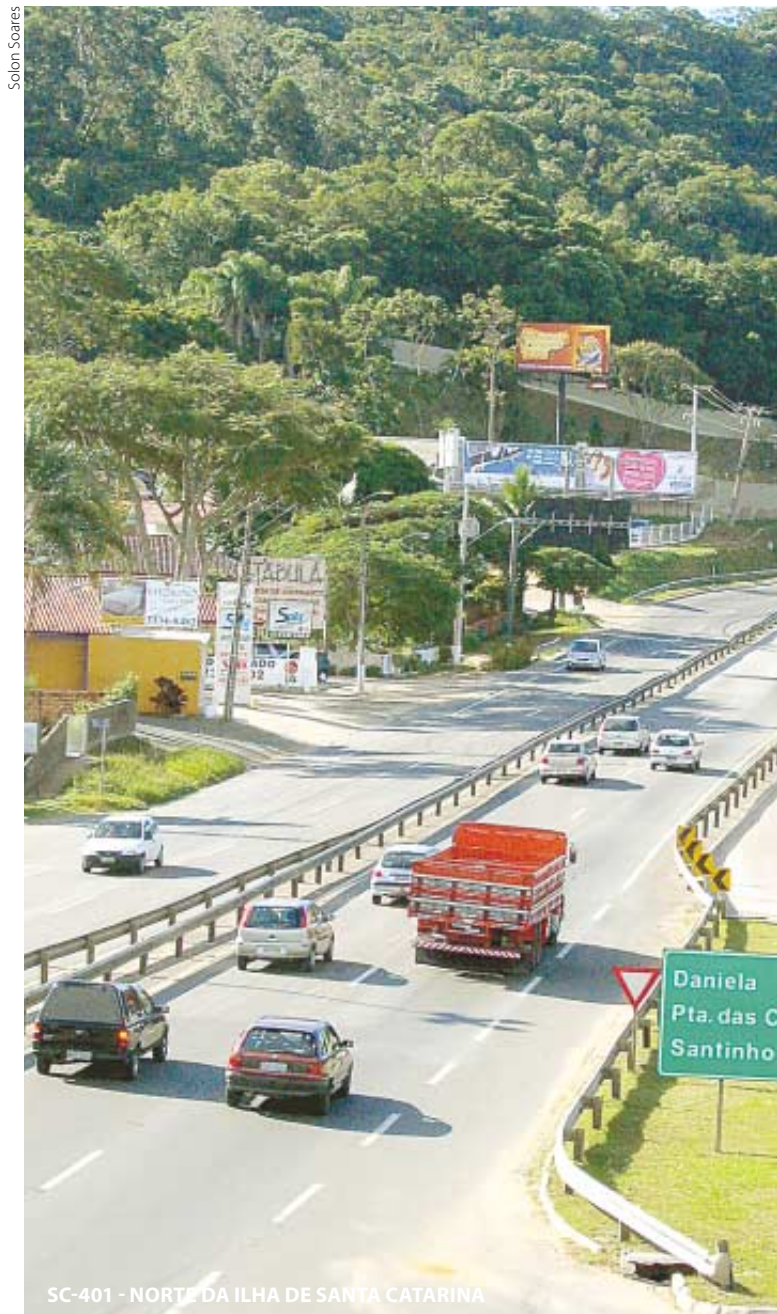
<http://www.antt.gov.br>

<http://www.dnit.gov.br>

- As concessionárias ferroviárias de carga transportaram 391 milhões de Toneladas Úteis (TUs) em 2005. Um incremento na ordem de 13% em relação a 2004, segundo a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). Para este ano, a expectativa é de que o crescimento atinja a casa dos 11%. Desde que o sistema foi efetivamente privatizado, em 1997, o transporte de cargas em ferrovias cresceu 60%, segundo a entidade.

Rodovias estaduais são recuperadas

Banco internacional deve financiar mais US\$ 240 milhões para investimentos nas estradas catarinenses



SC-401 - NORTE DA ILHA DE SANTA CATARINA

MAGDA AUDREY PAMPLONA

Santa Catarina tem cerca de seis mil quilômetros de rodovias estaduais. Desse total, em torno de quatro mil quilômetros são pavimentados, segundo o presidente do Deinfra (Departamento Estadual de Infra-estrutura), Romualdo Theophanes de França Júnior. De 2003 até agora, segundo ele, foram pavimentados 448 quilômetros de rodovias. Outros 405 quilômetros foram reabilitados ou recuperados. "Tínhamos em torno de 27% da malha rodoviária estadual comprometidos em termos de qualidade de pavimento. Hoje, esse índice baixou para 12,5%", destacou. Grande parte dessas obras foi viabilizada com recursos do Programa BID IV.

Os programas de Obras Rodoviárias estaduais com participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tiveram início em 1980. A conclusão do atual programa em execução, o BID IV, está prevista para maio de 2007. Do total de US\$ 300 milhões (US\$ 150 milhões do BID e US\$ 150 milhões de contrapartida do Estado), 83% já foram investidos em pavimentação e reabilitação de rodovias e na melhoria da estrutura da Polícia Militar Rodoviária Estadual, com a aquisição de viaturas e a construção de novos postos da polícia rodoviária militar. Os outros 17% estão em execução.

Conforme registro do Depar-

tamento Estadual de Trânsito, a frota de veículos de Santa Catarina cresceu 263% nos últimos 11 anos, o que exige investimentos contínuos.

"Nós já conseguimos junto ao Banco Interamericano a aprovação de uma nova etapa de desenvolvimento rodoviário, que nós estamos chamando de BID V", anuncia o presidente do Deinfra. A quinta etapa do programa está estimada em US\$ 400 milhões (contando com US\$ 240 milhões do Banco) e mil quilômetros de pavimentação e reabilitação estão previstos. A aprovação antecipada do programa, conforme França, vai diminuir o tempo para o início de novos investimentos assim que for concluído o BID IV. "Não teremos novamente que esperar mais um ano e meio de tramitação de documentos para se conseguir um novo programa", disse, lembrando que, antes de iniciada a sua execução, o projeto ainda deve ser aprovado no Senado e na Assembleia Legislativa.

considerada por ele "bem servida e forte em termos de alimentação para escoamento da produção". O transportador pode até se deslocar ao litoral utilizando somente rodovias estaduais, diz França, porém, o custo do transporte aumentaria, pois a principal característica das rodovias estaduais é a ligação entre municípios.

O principal problema nas estaduais é nos acessos aos municípios. No início de 2003, 54 municípios estavam sem acesso pavimentado. Através do Programa de Acesso Pavimentado aos Municípios, que utiliza recursos da Cide-Combustíveis (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e do Fundo Social e é executado por meio de convênios com os municípios, 15, dos 54 municípios, já estão com acesso concluído, 23 estão em obras e, até o final do ano, mais 14 devem ter suas obras de acesso iniciadas. No total, foram pavimentados, até agora, 160 quilômetros.

Gargalos

Segundo França Júnior, os principais gargalos do estado são as rodovias federais, seriamente comprometidas e que prejudicam a malha rodoviária estadual,

Mais informações em <http://www.deinfra.sc.gov.br>



SC-474 - TRECHO BLUMENAU/GUARAMIRIM



SC-301 - SERRA DONA FRANCISCA

Frota de veículos em SC

Evolução de veículos registrados nos últimos 11 anos

1994 - 866.96	2003 - 1.933.7
2001 - 1.648.8	2004 - 2.101.3
2002 - 1.787.8	2005 - 2.282.3

* Dados da Polícia Militar Rodoviária Estadual, conforme registros de veículos no Departamento Estadual de Trânsito



Antigas reivindicações estão no planejamento

Também com seu início no litoral Norte, a BR-470 totaliza 359,5 quilômetros em território catarinense, atravessando o Vale do Itajaí e o Meio-oeste. Serve toda a região econômica do vale do Rio Itajaí-açu, onde se destacam cidades como Itajaí, Blumenau e Rio do Sul. Dá acesso pavimentado aos portos de Itajaí e São Francisco do Sul, a toda região do Planalto e Oeste catarinense, através de conexão com outras rodovias. Juntamente com trecho Campos Novos - Dionísio Cerqueira da BR-282, constitui-se na mais importante rodovia do sistema federal para Santa Catarina.

Na BR-282, os problemas começam no trecho que vai do marco zero da rodovia - a cabeceira continental da Ponte Colombo Salles, em Florianópolis -, passando pela Via Expressa, que não comporta o intenso fluxo de veículos e exige

projetos que adequem a capacidade local. Vários trechos do total de 653 quilômetros da rodovia que liga a região litorânea às regiões Oeste e Meio-oeste são sinônimo de dor de cabeça para os motoristas que a utilizam há quase 50 anos. O asfaltamento do trecho São José do Cerrito - Campos Novos encabeça a lista de reivindicações daquela região e foi garantida pelo diretor geral do DNIT, Mauro Barbosa da Silva, no dia 3, em Brasília.

Outros pontos críticos estão na previsão de obras do DNIT para este ano. Entre elas, a recuperação da pavimentação no trecho Mafra/Santa Cecília, na BR-116, e também da BR-158. Está previsto ainda novo recapeamento asfáltico da BR-163.

Mais informações em <http://www.dnit.sc.gov.br>

DNIT/SC garante que situação das BRs vai melhorar

Duplicação do trecho Sul da BR-101 deve ser concluída até o final de 2008, enquanto o projeto para duplicar a BR-280 é anunciado para junho deste ano

ROSE MARY PAZ PADILHA

Construídas há mais de 30 anos, as oito rodovias federais que passam por Santa Catarina apresentam problemas típicos de estradas que durante décadas tiveram pouca ou nenhuma manutenção. Além disso, o excesso de peso dos caminhões de carga também prejudica a durabilidade das estradas. Estudos mostram que se um caminhão trafega com 20% de carga acima do limite, a vida útil da rodovia pode ser reduzida em até 70%. O trecho Norte da BR-101, duplicado em 2000, teve que ser recuperado em 2004 em vários pontos.

Um diagnóstico feito em 2003 pelo Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT/SC), detectou que cerca de 1.500 quilômetros de pavimentos das BRs no estado estavam em situação crítica.

Segundo o coordenador do DNIT/SC, João José dos Santos, não havia contratos de conservação e manutenção. De acordo com ele, o Departamento resgatou todos os contratos dos 2.242,7 quilômetros de rodovias federais em Santa Catarina e iniciou a recuperação da malha viária.

"Em três anos conseguimos resgatar a segurança e a trafegabilidade das rodovias federais catarinenses, que não eram contempladas com recursos há mais de uma década. Em dois anos (2004/2005) foram liberados R\$ 111 milhões para Santa Catarina", afirmou.

Segurança

João dos Santos disse que 700 quilômetros da malha viária já foram recuperados e que a meta é recuperar os 800 quilômetros restantes até 2007. A duplicação da BR-101 Sul deverá estar concluída até o final de 2008. Os investimentos nos 248,5 quilômetros do trecho catarinense totalizam R\$ 1,120 bilhão, num projeto focado no motorista e no pedestre. Dezesete municípios serão diretamente beneficiados com a duplicação da rodovia, impulsionando o desenvolvimento econômico.

Além disso, a Defesa Civil de Santa Catarina está discutindo

com os municípios a implantação de um programa de prevenção no transporte de produtos perigosos, envolvendo o Corpo de Bombeiros. A intenção é instalar, ao longo da BR-101 Sul, unidades para o atendimento de queimados, vítimas de acidentes de trânsito, com o reequipamento do Corpo de Bombeiros e aperfeiçoamento dos hospitais da região Sul do estado.

Outra reivindicação antiga, segundo Santos, é a duplicação das BRs 470 e 280. Com 221 quilômetros de extensão no estado, a BR-280 começa no litoral Norte e atravessa o Planalto Norte, região rica em florestas nativas e de reflorestamento, onde está concentrado o pólo florestal catarinense - o mais expressivo da América Latina. O projeto final de engenharia de duplicação dessa rodovia deverá estar pronto até o final de junho.

Enquanto isso, várias obras estão previstas para serem executadas este ano na BR-280, com a construção de viadutos, travessias e rotatórias, reduzindo o conflito do trânsito das cidades com as rodovias federais.

Obras anunciadas

BR-101
Conclusão da duplicação do trecho Sul até o final de 2008

BR-280
Conclusão do projeto de engenharia da duplicação em junho deste ano

BR-282
Início das obras de asfaltamento no trecho São Miguel D'Oeste a Paraíso, divisa com Argentina, em junho, e conclusão da pavimentação do trecho Lages - São José do Cerrito e recuperação do pavimento dos trechos Alfredo Wagner - Águas Mornas até o final do ano



PLENÁRIO

Fórum anuncia retomada de obras na BR-282

Diretor-geral do DNIT informou sobre assinatura de contrato referente ao trecho São José do Cerrito - Campos Novos

Solon Soares



Trabalho conjunto da classe política e sociedade é defendido por Titon

Os integrantes do Fórum Permanente Pró BR-282, deputados Romildo Titon (PMDB), presidente, e Sérgio Godinho (PSB), anunciaram em Plenário, durante a sessão do dia 4, a assinatura do último contrato para liberar as obras no trecho entre os municípios de São José do Cerrito e Campos Novos da BR-282.

A informação foi dada pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), Mauro Barbosa da Silva, que recebeu os parlamentares em audiência no dia 3, em Brasília. Barbosa da Silva disse ainda que dentro de dois a três meses a obra deverá ser reiniciada.

Para Godinho, com isso está virada uma página na história de sofrimento no Estado e da BR-282. O presidente do Fórum também manifestou alívio com a assinatura do contrato e lembrou que no trecho não concluído estão "emperrados" R\$ 35 milhões só em obras de terraplanagem.

Na opinião de Titon, muitas etapas ainda serão necessárias para que a BR-282, uma das principais rodovias do estado, esteja adequada às necessidades dos catarinenses. "Isso exige trabalho conjunto da classe política e sociedade", destacou.

O ato de assinatura, segundo relataram, contou com a presença de várias lideranças políticas catarinenses, dentre elas a senadora Ideli Salvatti (PT), o senador Leo-

Solon Soares



Godinho anuncia o fim de uma história de sofrimento

nel Pavan (PSDB) e os deputados federais Fernando Coruja (PPS) e Edinho Bez (PMDB).

Abandono

Apesar da boa notícia, os parlamentares alertam para as condições de outros trechos da BR-282. Um acidente, no dia 28, em que morreram dois estudantes de Medicina no trecho de Faxinal dos Guedes, motivou cobranças de vários parlamentares.

O líder do PFL, deputado Gelson Merísio, lembrou que acidentes são comuns na região e que solicitou providências ao DNIT diversas vezes. Merísio anunciou que apresentará um requerimento solicitando ao DNIT

a instalação de "olhos-de-gato" naquele trecho.

Segundo o parlamentar, a pista de rolagem no local está com desnível de 30 centímetros em relação ao acostamento. "A pista é totalmente irregular. Em menos de 30 dias já foram seis mortes e nada do DNIT tomar providências. Precisamos de soluções urgentes para aquele trecho. É impossível que alguém trafegue com segurança no local", denunciou.

O deputado Onofre Agostini (PFL), em aparte, endossou a manifestação do colega de partido. "Já cansamos de vir aqui na tribuna e reclamar da BR-282. Não há demarcação na estrada. Não há segurança. É preciso atitude já", exigiu.

Dentinho relata reunião em Itapoá

O deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT) relatou a reunião realizada no dia 2, com lideranças de Itapoá, no Norte do estado, para tratar do desassoreamento dos molhes da Barra do Saí e dos problemas enfrentados pelo município nas áreas da saúde, educação e segurança pública. Conforme Dentinho, o gradativo e contínuo assoreamento dos molhes compromete a vida das famílias que moram no local e vivem da pesca.

No próximo dia 11, ocorrerá uma reunião na Secretaria do Desenvolvimento Regional de Joinville, com a presença dos pescadores e do parlamentar,

para tratar do assunto. Na Saúde, Itapoá não possui especialistas em várias áreas.



Dentinho: "crise na pesca"

Benedet fala sobre ajustes financeiros promovidos pelo governo estadual



Benedet: "equilíbrio das contas"

Os ajustes que estão sendo feitos pelo governo foi o assunto

abordado pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), na sessão do dia 3. Benedet afirmou que o que a imprensa e a oposição têm chamado de dificuldades financeiras do Estado não passa de simples ajustes ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

"As críticas são feitas por pessoas que não conseguem observar o Estado como gestor administrativo, que está fazendo os ajustes necessários em um ano de eleições", disse. Ele reclamou dos poucos recursos repassados pelo governo federal e destacou o uso de recursos próprios pelo governo estadual em obras por

todo o território catarinense. "Nunca se fez tanto com o dinheiro arrecadado no Estado. O Grupo Gestor formado pelas secretarias da Fazenda, da Administração e do Planejamento está tomando uma série de medidas para equilibrar as contas", esclareceu.

O Estado, continuou o peemedebista, aplica mensalmente R\$ 70 milhões no pagamento da Dívida Pública, cerca de R\$ 75 milhões no repasse aos Poderes, inclusive com o aumento de percentuais, e aproximadamente R\$ 230 milhões vão para a folha de pagamento.

COMISSÕES

Serventuários extra-judiciais querem se manter no Ipsc

Comissão de Saúde promoveu audiência pública para ouvir notários, tabeliães, oficiais de registro e escreventes, além de representantes do governo

O deputado Onofre Agostini (PFL), presidente da Comissão de Saúde, reuniu em audiência pública, na manhã do dia 2, representantes de diversos setores para discutir o vínculo previdenciário dos notários, tabeliães, oficiais de registro, escreventes e auxiliares – que são serventuários extra-judiciais. Estiveram presentes o secretário de Estado da Administração, Constâncio Salles Maciel, o presidente do Ipsc, Demétrius Ubiratan Hintz, o representante da Associação dos Notários e Registradores, Jordan Martins, e o presidente da Associação dos Ex-combatentes, Gilberto Nahas.

Segundo o deputado Onofre, o impasse sobre o assunto está na interpretação da Lei Federal nº 8.935, de 1994. Essa lei diz que todos os serventuários extra-judiciais passaram, a partir desta data, a contribuir com o INSS e não mais com o instituto previdenciário estadual – o Ipsc, no

caso de Santa Catarina. O parlamentar disse que o parágrafo único da lei garante, através de direito adquirido, que aqueles nomeados antes de 94 permaneçam com o Ipsc. Somente os que ingressaram depois dessa data passaram a contribuir com o INSS.

“Mas o Ipsc não quer receber essa contribuição, baseado no artigo 40 da lei, que fala da contribuição federal. Diante disso, os serventuários ingressarão na Justiça para garantir esse direito”, alertou Onofre.

O presidente do Ipsc salientou que está cumprindo o que diz o parecer da Procuradoria Geral do Estado. O secretário da Administração, por sua vez, declarou que o Supremo Tribunal Federal é quem vai dizer se os notários

são ou não servidores públicos.

Em relação aos ex-combatentes, ficou definida a realização de uma reunião com o secretário da Administração, para tratar da alteração do plano de saúde da categoria. Os ex-combatentes

não concordam que aqueles que recebem pensão federal fiquem fora do plano. “Por falta de assistência médica, alguns combatentes já morreram. Isso é revoltante”, declarou Gilberto Nahas.



Alberto Neves

Lei federal de 1994 está provocando o impasse sobre a contribuição previdenciária destes profissionais

TV Digital entra na pauta das discussões do Legislativo

“O que é a TV Digital e em que estágio está a discussão sobre o assunto?” Este tema foi debatido pela primeira vez no Parlamento catarinense, em audiência pública da Comissão de Legislação Participativa, por solicitação do deputado Paulo Eccel (PT).

Autores do livro TV Digital no Brasil, até agora única obra nacional a abordar o assunto, o professor da UFSC, Carlos Montez, e o pesquisador Valdecir Becker falaram sobre esta nova proposta, que mudará a qualidade de som e imagem da televisão e o papel deste veículo por meio da interatividade que a tecnologia proporcionará.

O encontro, realizado por sugestão do Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia, teve como objetivo trazer maiores informações sobre a TV Digital, devido ao desconhecimento “quase que generalizado em

torno do tema”, explicou Eccel. Ele defende o debate sobre o assunto, uma vez que qualquer decisão terá forte influência no futuro das comunicações no país. O assunto começou a ser discutido no Brasil, a partir de 1994, no Congresso Nacional.

O pesquisador Valdecir Becker comentou que a implementação da TV Digital depende das decisões políticas. “As informações técnicas já estão todas disponíveis e, do ponto de vista econômico, social e cultural falta uma série de estudos que ainda não foram feitos ou estão incipientes, de forma a balizar as decisões do governo”, explicou. Becker informou a existência de um documento que foi produzido ao longo de 2005 e que fala da composição das diferentes tecnologias da TV Digital e como elas podem ser combinadas para a realidade bra-

sileira. Essas informações traçam as perspectivas dessa tecnologia. O levantamento foi feito por 1.300 pessoas vinculadas a mais de 80 instituições de pesquisa e entregue ao governo para que, baseado nesses dados, tome uma decisão sobre o sistema a adotar: japonês, americano ou europeu.

Segundo Becker, a TV Digital é mais um meio de acesso a novas informações. Hoje a televisão está presente em 90% dos lares e a internet alcança 10% de acesso residencial. Esta nova tecnologia seria mais uma ferramenta para acesso a conteúdo diferenciado e principalmente a uma melhor qualidade de imagem e som. “Com a TV Digital, a qualidade será sempre igual à do DVD”, exemplifica.

O professor da UFSC, Fernando Crocomo, comentou a importância de se entender os

recursos que a nova tecnologia disponibiliza. Segundo ele, para quem pensa na programação é importante ter conhecimento para elaborar novos programas. São vários grupos de pesquisa participando da construção desta nova TV, a partir princi-

palmente da possibilidade de interatividade das pessoas com a programação.

Crocomo define a TV Digital como uma revolução tecnológica com inclusão social e destaca a melhor qualidade e a interatividade do sistema.

Eduardo Guedes de Oliveira



Decisões políticas definirão o futuro da nova tecnologia

PLENÁRIO

Fetaesc pede apoio ao projeto da previdência rural

Eduardo Guedes de Oliveira



Gottseling (à direita) detalhou a proposta em tramitação no Congresso

Em espaço aberto durante a sessão ordinária do dia 3, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina (Fetaesc), Hilário Gottseling, pediu apoio do Legislativo estadual para sensibilizar o Congresso Nacional a aprovar o Projeto de Lei nº 6.852/06, que trata da Previdência Rural.

Tramitando em regime de urgência na Câmara dos Deputados, o projeto deve ir a Plenário ainda em maio, entre os dias 16

e 18. A luta por uma previdência social mais digna para o campo, destacou Gottseling, vem desde a Constituição Federal de 1988 e das novas regras implantadas pela Lei Federal nº 8.213/91, que suprimiram algumas necessidades no setor, mas os problemas de acesso dos beneficiários ainda continuam.

Para resolver os problemas, o projeto garante o direito de acesso dos trabalhadores rurais à Previdência Social e esclarece como fica a situação desses

produtores, segurados especiais e assalariados na Previdência após 25 de julho de 2006. "Essa é a data limite na legislação atual para que os membros da categoria se aposentem apenas comprovando a atividade rural. Por isso estamos lutando para que o projeto seja votado antes do prazo", destacou.

Considerado fruto de uma ampla negociação entre o governo federal e o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, representado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Gottseling ressaltou que a Fetaesc encaminhou ofício aos parlamentares federais e estaduais, entre outras autoridades, solicitando apoio ao PL. "Além de propiciar dignidade de vida para mais de 7 milhões de trabalhadores rurais, a proposta contribui para o desenvolvimento econômico dos municípios", assinalou.

Após a apresentação do projeto e solicitação de apoio ao Parlamento catarinense, o presidente em exercício da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), assegurou que o Legislativo vai discutir o assunto, de forma adequada e regimental.

Sorgato elogia investimentos em educação feitos pelo governo

Apresentando dados e números sobre investimentos feitos pelo governo do PMDB na área da educação, o deputado Gelson Sorgato (PMDB), afirmou que as ações resultaram, principalmente, na recuperação do patrimônio do

Estado "que estava sucateado". Sorgato retornou à Casa para ocupar a vaga deixada pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), licenciado por 60 dias.

De acordo com o peemedebista, foram mais de mil obras de reformas, incluindo cerca de 400 ginásios. "No último feriado, o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira (PMDB) esteve em Xanxerê e Abelardo Luz, no Oeste catarinense, inaugurando obras em escolas que beneficiarão mais de 3 mil alunos", comentou. Somente nos estabelecimentos de ensino público estadual dos municípios de abrangência da Regional de Xanxerê, afirmou Sorgato, foram investidos R\$ 2,5 milhões. Os investimentos globais, segundo ele, chegam a R\$ 15 milhões. "Graças ao modelo de

descentralização administrativa", salientou.

Sorgato disse que pais, alunos e professores têm expressado reconhecimento da importância desses espaços, como os ginásios de esportes, pois além de possibilitar o cumprimento de atividades esportivas em condições de segurança e conforto, funcionam também como espaço de integração para a comunidade. "Isso possibilita o exercício de atividades didáticas complementares", disse.

A recuperação do patrimônio físico situa-se dentro de um conjunto de ações inéditas que é empreendido pela Secretaria da Educação, Ciência e Tecnologia, que incluem também a distribuição de uniforme e material escolar, acrescenta Sorgato.



Sorgato: "mais de mil obras"

Deputados discutem uso de recursos da CIDE

O deputado Paulo Eccel (PT) usou a tribuna no dia 3 para fazer alguns esclarecimentos sobre a forma de distribuição dos recursos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico, a CIDE, instituída pela Lei Federal nº 10.336/01. O parlamentar explicou que a lei foi sancionada em 2001, mas os repasses aos estados e municípios, feitos a cada três meses, só começaram a ser liberados em 2004.

O parlamentar também informou que requereu informações ao governador do Estado e ao secretário de Infra-estrutura, sobre os valores repassados para Santa Catarina, discriminados mês a mês, entre janeiro de 2004 e fevereiro deste ano e qual a destinação dada a esses recursos, especificando os valores que foram aplicados em cada município. A resposta é do diretor-geral do Deinfra, Romualdo França Júnior: "As obras feitas no estado são inauguradas, mas ninguém diz que foi verba do governo federal. A CIDE é fruto de um imposto que nós pagamos."

Conforme informações de Ro-

mualdo, Santa Catarina recebeu R\$ 51 milhões no ano passado e até fevereiro de 2006 aproximadamente R\$13 milhões. O deputado Dionei Walter da Silva (PT) acrescentou que, em 2004, R\$ 32,4 milhões foram destinados ao Estado. "Em 2005, R\$ 17 milhões foram enviados diretamente aos municípios. A maioria dos asfaltamentos que estão sendo feitos têm recursos da CIDE ou do BID", concluiu Dionei.

De acordo com o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), até 2004 os recursos ficaram só com o governo federal, mas depois de uma decisão do próprio governo a verba passou a ser repassada para os estados e municípios. "É uma verba nova. É preciso levantar desde quando essas verbas começaram a ser repassadas dessa forma, quanto foi e onde foram aplicadas", questionou.

Eccel informou que encaminhará um novo pedido de informação, já que a resposta recebida não esclareceu devidamente qual a destinação dada aos recursos.

Duduco lamenta fechamento de creche



Duduco: "crianças sem aula"

na capital, fechou suas portas no dia 2, segundo informações do deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT). A impossibilidade de manutenção, disse ele, foi motivo para o fechamento. Duduco salientou que o governo do Estado não estava repassando o pagamento dos convênios assinados e mais de 200 crianças ficaram sem aula e sem alimentação.

"Faço um apelo para que o Ministério Público investigue as irregularidades sobre os pagamentos dos convênios", pediu. O deputado disse que irá verificar a possibilidade de levar o caso à Comissão de Educação.

A Creche Nossa Senhora da Boa Viagem, no bairro Saco dos Limões,

APROVADO

Subsídio

Os parlamentares aprovaram, no dia 2, o Projeto de Lei nº 132/06, remetido pelo Tribunal de Justiça, que trata do subsídio mensal dos advogados da Justiça Militar e do Juizado da Infância e Juventude

de Florianópolis, atendendo a vários dispositivos da Constituição Federal. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2006, a categoria conta com um subsídio mensal equivalente a R\$ 16.290, 76.

PLENÁRIO

Simone destaca criação de boletim

A criação do boletim eletrônico da Rede Nacional de Frentes Parlamentares de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente foi elogiada pela deputada Simone Schramm (PMDB) da tribuna, no dia 27. A Rede divulga as ações dos parlamentares relativamente à defesa dos direitos da criança e do adolescente e pretende fortalecer as ações parlamentares no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, através da troca de experiências e da propagação de uma cultura de defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Na agenda da rede, anunciou a parlamentar, estão programados pelo menos dois encontros nacionais por ano e a promoção de reuniões regionais.

Seus integrantes querem definir plataformas de ação capazes



Simone: "diálogo facilitado"

de contemplar as especificidades de cada localidade. "O boletim nasce para facilitar o diálogo entre os integrantes desta grande associação e semanalmente divulgará informações e idéias sobre a atuação dos parlamentares envolvidos na questão", informou a deputada, que comanda a organização da frente catarinense.

Onofre quer contribuição da Petrobras

O deputado Onofre Agostini (PFL) lembrou no dia 4 a aprovação, pelo Legislativo de requerimento de sua autoria, encaminhado à Petrobras, pedindo a contribuição da estatal ao Fundo Social catarinense. O parlamentar afirmou que isso já acontece no estado de Mato Grosso. O objetivo com esse requerimento, segundo o deputado, é defender os interesses de Santa Catarina. O parlamentar teceu críticas à empresa que, segundo ele, patrocina até o time de futebol da Argentina, River Plate.

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), em aparte, afirmou que as questões do Fundo Social do Mato Grosso e de Santa Catarina são bem diferentes. Por sua vez, o deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ressaltou que a contribuição da Petrobras para a arrecadação do Fundo Social é extremamente importante para o Estado. O valor arrecadado



Agostini: "interesses do Estado"

pelo Fundo, salientou Benedet, é incorporado como saldo positivo para a economia de Santa Catarina em todos os setores. "Não entendo porque o Estado catarinense não pode entrar nessa participação", destacou. O Fundo Social foi criado no ano passado e seus recursos constituem-se, em parte, da destinação de parte dos impostos devidos por empresas.

Manoel Mota fala sobre campanha para a BR-101



Mota é vice-líder do PMDB

O deputado Manoel Mota (PMDB) falou, em sua primeira manifestação em Plenário, no dia 2, sobre a segunda fase da campanha pela duplicação da BR-101, realizada pela Rede Brasil Sul.

O parlamentar ocupa a vaga deixada pelo deputado Mauro Mariani, que se licenciou por 60 dias. Ele foi escolhido para ser vice-líder da bancada durante o período, enquanto o deputado Romildo Titon ocupará a liderança, antes exercida pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha, também licenciado.

Sobre a campanha, ele informou que a meta é convocar a população a acompanhar o cumprimento do cronograma das obras. Criada pela agência de propaganda Mercado Propaganda terá duração de um ano.

A finalidade é alertar os motoristas sobre os cuidados necessários ao trafegar naquele trecho da rodovia. O deputado enfatizou que as peças publicitárias se valem do bom humor para pedir prudência aos motoristas. "Como a rodovia está em obras, não há boa sinalização e há muito barro. O perigo é constante", enfatizou Mota.

Odete quer formação de conselho de arbitragem

O Projeto de Lei nº 171/06, que cria o Conselho Estadual de Fiscalização e Disciplina da Arbitragem no Estado, foi apresentado no dia 3, pela deputada Odete de Jesus (PL), autora do projeto. A arbitragem é a forma mais rápida e ágil de resolver controvérsias, pois sabe-se que a "justiça tradicional" é morosa e, devido ao acúmulo de serviço, está fazendo com que as decisões se tornem ineficazes. O Brasil, seguindo esta tendência jurídica, desenvolveu legislação específica, adequando esta forma alternativa para a solução de litígios.

O Conselho, que será composto por representantes do Ministério Público, da OAB, dos poderes Judiciário e Legislativo, da Secretaria da Segurança Pública e da Federação Catarinense de Municípios, tem como objetivo proporcionar um meio alternativo de composição de litígios fora do Poder Judiciário. "A utilização da arbitragem como forma alternativa de solução de conflitos é um mecanismo hoje difundido em diversos países do mundo. É bom e necessário que as pessoas possam resolver suas controvérsias fora da Justiça estatal, com maior celeridade e eficácia", argumentou. No Estado, há 27 tribunais de Mediação e Arbitragem, em 12 municípios.



Vanio: "banco público"

O deputado Vanio dos Santos (PT) informou em manifestação da tribuna, no dia 2, que oito

Vanio anuncia abertura de agências da CEF

Postos de Atendimento Bancário (PABs) da Caixa Econômica Federal foram transformados em agências.

Os municípios beneficiados são Barra Velha, Dionísio Cerqueira, Ibirama, Jaguaruna, Otacílio Costa, Pinhalzinho, Sombrio e Taió. De acordo com ele, como instrumento de distribuição de renda, a Caixa desempenha um papel fundamental, assim como o Banco do Brasil.

"Os milhares de postos de trabalho abertos no governo Lula permitiram que o banco continue público e que novas agências sejam abertas para atender regionalmente", destacou. O parlamen-

tar contou que recebeu a notícia "com uma satisfação enorme", já que estava acompanhando e mediando o pleito dos municípios e dos empregados da instituição. "Há muito eles vêm manifestando a necessidade da transformação dos PABs em agências para ampliar o atendimento à população", comentou.

O parlamentar lembrou que, no governo anterior, a Caixa vinha sendo preparada para a privatização e inclusive alguns municípios tiveram agências fechadas. "No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram criados postos de atendimento, agora transformados em agências", enfatizou.

Joares Ponticelli faz críticas ao PMDB

Usando a matéria "Difícil entender LHS", publicada no *Jornal de Concórdia*, no último dia 26 de abril, o deputado Joares Ponticelli (PP) criticou a forma de atuação do PMDB no estado.

O texto publicado pelo jornal, segundo ele, foi escrito por Marciano Coradi, presidente da Juventude do PMDB do município. "A assinatura do documento compromete a postura do governador, uma vez que o autor pertence ao partido", revelou.

Ponticelli ressaltou que a matéria questiona a postura do governador, que há alguns dias

era favorável à candidatura própria à Presidência da República, mas como seu pré-candidato, Germano Rigotto (PMDB), não venceu as prévias do partido, ele voltou a apoiar o PSDB, deixando de ter candidato próprio. "Acho que está faltando coerência para LHS, pois uma hora ele é a favor e em outra é contra". Para o parlamentar, isso é inaceitável e chama a atenção da sociedade que acredita nas iniciativas do governador. "Não é implicância da oposição, até porque essa colocação não é minha, e sim do presidente jovem do PMDB",

salientou.

Ética

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB), que retornava à Casa no mesmo dia depois de dois anos afastado da Assembleia Legislativa para ocupar o cargo de secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, defendeu seu partido e o governador licenciado Luiz Henrique da Silveira. "Vou defender porque acredito nesse governo e o governador trabalha de forma justa e ética", argumentou. Em seu pronuncia-

mento da tribuna.

O vice-líder do PMDB, deputado Manoel Mota, também defendeu o governador, enfatizando que no período em que esteve à frente da administração do estado sanou todos os compromissos assumidos. "Os demais ainda serão honrados, inclusive a folha de pagamento e o 13º salário dos funcionários públicos do Estado. O deputado Ponticelli pode ficar tranqüilo e sereno que as obras vão continuar, bem como o ronco dos tratores, e depois de outubro vão roncar os votos", concluiu Mota.

PLENÁRIO

Caramori contesta semelhança de discursos

O deputado Reno Caramori (PP) refutou os comentários do presidente da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), e prefeito de Governador Celso Ramos, Anísio Soares (PMDB), de que existem semelhanças entre o discurso do presidenciável tu-

cano Geraldo Alckmin e o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) sobre descentralização. Ele diz que Alckmin fala da descentralização de recursos, e não de mão-de-obra como preconiza o governador LHS, através das 30 secretarias de Desenvolvimento Regional.

“O que Alckmin defende é a descentralização de recursos. Isso é o pacto federativo, com a redefinição de competências. A descentralização de LHS é de cargos, com uma estrutura criada apenas para pagar salários, já que estão faltando recursos”, disse Caramori, que já foi prefeito de Caçador. Ele lembra que em governos anteriores existia a competência delegada, através da qual as prefeituras executavam as obras em parceria com o Estado por meio de convênios.



Caramori: “descentralização”

Afrânio teme privatização na saúde

O arquivamento da proposta para sustar ato da Secretaria Estadual da Saúde - que forma comissão para avaliar a possibilidade de gestão do Hemosc, do Cepon e do Centro de Oncologia Pediátrica do Hospital Joana de Gusmão através de Organização Social, que foi criticado pelo deputado Afrânio Boppré (P-SOL) na sessão plenária do dia 2. A proposta, de autoria do parlamentar, pedia a suspensão dos efeitos da Portaria nº 96/06 da Secretaria, que, segundo Boppré, inicia as tratativas de terceirização e privatização desses órgãos.

Boppré acrescentou que a proposta foi arquivada pela Comissão de Constituição e Justiça sob o argumento de que o prazo de 30 dias, estabelecido para que a comissão produzisse os estudos, já terminou sem que fosse apresentado qualquer resultado. “Então, por que a mesma comissão já se reuniu irregularmente nos dias 7, 19 e 26 de abril e ainda se reunirá no próximo dia 4? Convido o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), e o ex-secretário de Estado da Saúde, deputado Dado Cherem (PSDB), para que me acompanhem na próxima reunião. Estão fazendo a privatização às escondidas”, reclamou.

Segundo Blasi - que manifestou-se em aparte -, o Ministério Público está cobrando a ade-

quação do contrato da entidade gestora, no caso a Fundação Hospitalar do Estado de Santa Catarina (Fahece), às normas legais, inclusive com a realização de licitação, uma vez que gerencia os recursos.

Em resposta, Boppré acrescentou que os encaminhamentos do governo não correspondem às exigências do Ministério Público. “Estão preparando um golpe contra o patrimônio público”, disse.

Resposta

Blasi ressaltou que essa não é uma decisão do governo, mas uma determinação do Ministério Público que julga inadequada a Portaria nº 96/06, assinada há 12 anos, instituindo convênio entre o governo e a Fahesc. “Estamos estudando uma solução para o problema, visando não alterar as funcionalidades atuais do Hemosc e Cepon, porém, não cabe a nós essa decisão, mas ao Ministério Público que fiscaliza as fundações. O MP não quer que a fundação continue atuando com essa formatação”, frisou.

O deputado Joares Ponticelli (PP), em aparte, disse que a bancada do PP continua apoiando a luta dos servidores lotados nos órgãos envolvidos, para que o governo não insista em privatizar essa área da saúde. “Vamos continuar lutando por essa causa”, destacou.

Parlamentares comentam licença do governador

Os deputados Paulo Eccel (PT) e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) acusaram o governador licenciado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), de estar usando a estrutura da máquina pública para sua campanha à reeleição.

O petista citou como exemplo a visita de LHS a Blumenau, no último dia 28. Vieirão apresentou o convite da visita do governador licenciado à Secretaria do Desenvolvimento Regional de Blumenau, informando que ele iria atender a lideranças empresariais da região. “O convite não existe, deputado. É tudo coisa de nossa cabeça. Com certeza, é isso que eles irão alegar. O governador licenciado continua, sim, utilizando a máquina pública, usufruindo das regalias do governo”, reafirmou.

O progressista sugeriu que os recursos públicos sejam utilizados em outros setores como a Educação, que está em greve neste momento. “Eu lembro da promessa de igualar o salário dos professores estaduais aos professores municipais de Joinville. Vamos cobrar”, disse Vieirão.

Defesa

O deputado Manoel Mota, vice líder do PMDB, contou que, um dia após licenciar-se do cargo, Luiz Henrique foi a Imbituba, onde estava o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira. De lá, todos seguiram para Criciúma de avião. “Entretanto, o governador licenciado preferiu ir de carro. Ele podia estar exercendo seu cargo e fazendo campanha, mas preferiu se licenciar para concorrer de igual para igual, já que o outro candidato renunciou ao cargo de prefeito”, concluiu Mota, fazendo referência ao ex-prefeito Raimundo Colombo (PFL).

Com relação às críticas sobre a licença de Luiz Henrique, o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), ressaltou que se sente surpreso por ver que as mesmas partiram das bancadas do PP e PT, uma vez que a postura do governador o colocava na disputa pela reeleição na posição de igualdade aos demais candidatos. “Luiz Henrique deixa o cargo e suas vantagens com uma postura nobre”, observou.

Vieirão salientou que as acusações e cobranças não se referem ao afastamento, “mas sobre a questão do envio de um convite partindo de uma secretaria; isso é continuar usando o poder público”.

[GABINETES]

TRANSPARÊNCIA E ÉTICA

O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), presidente da Comissão de Finanças e Tributação, está coletando assinaturas da população para o projeto de lei de sua autoria que objetiva disponibilizar em meio eletrônico a declaração de bens dos ocupantes de cargos comissionados e eletivos em Santa Catarina. Para o deputado, os agentes públicos têm o dever de primar pela ética e transparência e a proposta da abertura das contas pessoais, no momento do ingresso na área pública, traduz o avanço do processo democrático, ético e o espírito de transparência do gestor público, comprometido com o anseio dos cidadãos.

Um dos pontos da coleta de assinatura para o projeto é a praça Nereu Ramos, no centro da cidade. Todos os sábados pela manhã, o deputado tem disponibilizado um abaixo-assinado no qual a população, assinando, automaticamente, estará aprovando o projeto.

O texto apresentado pelo deputado prevê a implantação em Santa Catarina do Programa de Transparência e Ética no âmbito dos cargos comissionados e eletivos. “Ascender a um cargo público significa assumir responsabilidades e ao mesmo tempo prestar contas aos que sustentam a máquina pública, por meio do pagamento de seus impostos”, argumenta ele. Além disso, salienta, a investidora na carreira pública é para servir à sociedade e não a interesses pessoais.

Em março, o parlamentar entregou uma cópia do projeto ao ex-ministro do Controle e da Transparência, Valdir Pires (hoje ministro da Segurança), que esteve em Florianópolis participando de um seminário internacional sobre Transparência e Ética. (Roger Alexandre)

FÓRUM DE ESPORTES

O deputado Gilmar Knaesel (PSDB), em discurso da tribuna, falou sobre o esporte de Santa Catarina e o 5º Fórum Internacional de Esportes que aconteceu em Florianópolis de 18 a 20 de abril.

O 5º Fórum foi organizado e patrocinado pelo governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte e da Fesporte. O evento visava, acima de tudo, discutir através de palestras e workshops, a questão do esporte amador no nosso estado e do nosso país, trazendo palestrantes renomados no Brasil e no mundo.

O público alvo são os profissionais da área, gestores públicos e privados e principalmente estudantes das 18 faculdades da área esportiva existentes em Santa Catarina. Ele ressaltou que apenas 3% da população brasileira são responsáveis por 14% dos atletas olímpicos. Ainda destacou os quatro propulsores do esporte catarinense - o Plano de Desenvolvimento do Esporte, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer (PDIL), a recriação do Fundesporte e a Bolsa Atleta. Knaesel defende que o modelo catarinense seja copiado por outros estados. (Ana Cristina Zandavalle)

DECISÃO BOLIVIANA

A decisão do presidente da Bolívia, Evo Morales, de nacionalizar o petróleo e o gás e encampar empresas privadas que atuam no setor, inclusive a refinaria de gás da Petrobras, provocou uma histeria coletiva injustificada no Brasil, conforme avaliou no dia 3, em manifestação da tribuna, o deputado Afrânio Boppré (P-SOL). “Foi uma decisão corajosa e coerente e honra a palavra dada em campanha”, sintetizou.

Ele lembrou que o presidente boliviano não escondeu de ninguém o que faria, e a crítica se dá porque a medida não fortalece a lógica do capitalismo, mas sim os interesses do povo boliviano. “Os mesmos que aqui no país criticam a iniciativa, aplaudiram a desnacionalização da nossa economia e a privatização de nossas estatais”, salientou o líder do P-SOL na Assembléia Legislativa. Um governante não pode ser massacrado por defender os interesses do seu povo, além do que, o contrato da Petrobras com o governo boliviano “pode e certamente será negociado”, acrescentou Afrânio. (Celso Rosa)

ESPECIAL

Fotos: Solon Soares



Agricultores querem investimentos no armazenamento e secagem para deixar de ser "reféns" da indústria

Produtores de arroz buscam alternativas para solucionar crise

Medidas emergenciais envolvem adiamento e renegociação das parcelas referentes aos investimentos na compra de máquinas e custeio da safra. Produção chega a 1 milhão de toneladas por ano

Rose Mary Paz Padilha

Mais de 500 produtores de arroz das regiões Norte, Nordeste e Alto Vale estiveram reunidos nos dias 27 e 28, em Guaramirim e Pouso Redondo, respectivamente, em dois seminários promovidos pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa. Os encontros atenderam requerimento do deputado Dionei Walter da Silva (PT), vice-presidente da Comissão, com o objetivo de discutir a crise na rizicultura catarinense e buscar alternativas emergenciais.

Como resultado, além da intenção de constituir uma federação dos produtores de arroz, os participantes decidiram formar comissões que irão tratar das principais reivindicações do setor.

Entre os problemas enfrentados estão o baixo preço pago pelo produto - R\$ 15 a saca de 50 quilos, enquanto o custo de produção alcança os R\$ 22-, e a dificuldade de pagamento das dívidas de financiamento do Programa Nacional de Agri-

cultura Familiar (Pronaf). "Há 15 anos, quando ingressei nesta atividade, com uma saca de arroz era possível comprar 35 litros de óleo diesel. Hoje, com essa mesma saca, só conseguimos comprar 8 litros", reclamou o rizicultor Nilson Packer, de Pouso Redondo.

Crédito

Além dos produtores, compareceram aos encontros sindicalistas, técnicos agrícolas e representantes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Banco do Brasil e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Uma das medidas emergenciais para socorrer os rizicultores está relacionada ao crédito de investimento - dívida para a compra de máquinas, por exemplo. A parcela que vence este ano será paga somente no final do contrato, um ano após o vencimento da última parcela. Sobre a dívida para o custeio da safra (compra de adubo, óleo diesel, por exemplo), a reivindicação dos produtores é que o paga-

mento seja efetuado a exemplo do que foi feito com os produtores de banana, cuja negociação contou com a intermediação do deputado Dionei junto aos órgãos competentes. Eles vão pagar 15% à vista e o restante em três parcelas anuais.

Além da garantia do preço mínimo (R\$ 22 a saca), os produtores querem também que parte de sua produção seja adquirida pelo governo federal, mas antes precisam definir como irão secar e armazenar o arroz. "Os produtores de arroz hoje são reféns da indústria, que importa o produto a custos mais baixos e força a queda da produção local a níveis insustentáveis. Em parte, isso é conseqüência da falta de organização dos agricultores e da inexistência de cooperativas de armazenamento de grãos", declarou Dionei.

A produção de arroz irrigado em Santa Catarina envolve cerca de oito mil famílias e a produtividade ultrapassa 1 milhão de toneladas (arroz em casca). O arroz não irrigado é produzido, no Oeste, para subsistência.



Estado produz mais de um milhão de toneladas de arroz irrigado

Atividade envolve mais de 50 mil pessoas

O parque industrial catarinense conta com 60 indústrias e tem uma capacidade de beneficiamento superior a 1 milhão de toneladas de arroz em casca por ano. Em função disso, muitas empresas têm recorrido à importação do produto.

Novas tecnologias desenvolvidas pela Epagri tem melhorado a produtividade e a qualidade do arroz cultivado no estado.

O setor rizícola envolve, direta e indiretamente, mais de 50 mil pessoas. Estima-se que na safra 2003/2004 o valor total da produção de arroz foi da ordem de R\$

680 milhões. O arroz parbolizado catarinense é comercializado, principalmente, no Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e estados do Nordeste. Aqui, são consumidos cerca de 250 mil toneladas anuais.



Dionei: "Várias medidas já estão encaminhadas"